

SESSÕES DO PLENÁRIO

29ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de dezembro de 2020. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, 15h46, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) Srs.(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó (58). A Deputada Fabíola Mansur teve a falta justificada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Boa tarde, meus caros colegas. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 23.976/2020; Projeto de Lei nº 24.001/2020; Projeto de Lei nº 24.002/2020; Projeto de Lei nº 24.003/2020, todos de procedência do Poder Executivo, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.922/2020, da Mesa Diretora.

Está aqui um requerimento: (Lê) “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, do art. nº 92 do Regimento Interno, requerem convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 24.001/2020, e dá outras providências.*” Defiro o requerimento.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Zé Raimundo.

Pronto, está aberto, deputado.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não, Sr. Presidente. Boa Tarde!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Boa tarde!

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente Nelson Leal, colegas deputadas e deputados. Sr. Presidente, a sessão de ontem foi encerrada às 18 horas e alguns minutos, após duas questões de ordem: a do líder da Minoria, o deputado Sandro Régis, e a minha questão de ordem. E, na réplica à minha questão de ordem, V. Ex.^a argumentou contra a matéria que eu tinha levantado, qual seja a de que nós estaríamos sendo regulamentados e que as nossas sessões estariam sendo pautadas a partir da resolução da Mesa Diretora que instituiu o sistema remoto de votação, as sessões remotas de votação, Sr. Presidente.

Eu levantei a questão discordando daquele ritmo e das formas como nós discutimos ontem porque nós entendíamos que estava em vigor uma portaria, uma resolução do presidente, o Ato da Presidência nº 9.391, *ad referendum* da Mesa Diretora, que estabeleceu exatamente o Sistema de Deliberação Remota, SDR.

Nesse sistema, Sr. Presidente, o argumento fundamental é de que nós estávamos vivendo numa situação de pandemia, que a Casa, corretamente, não podia se reunir presencialmente e que havia um conjunto de matérias de interesse público e de interesse social que nós precisaríamos deliberar. Aliás, como todas as Casas Legislativas do Brasil o fizeram a partir, inclusive, das duas Casas do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara dos Deputados. E essa metodologia foi extensiva praticamente a todas as câmaras de vereadores que até hoje continuam, em grande parte, funcionando assim.

Muito bem. V. Ex.^a argumentou que, claro, o Regimento é superior e que ele deve prevalecer. O que eu levanto aqui, Sr. Presidente, é que, no mínimo, a Mesa Diretora deveria ter se reunido e colocado que, a partir desta sessão – no caso, a da semana passada –, a metodologia, o funcionamento, da Casa passava a ser diferente. É claro que o Plenário é soberano. Mas o Plenário, Sr. Presidente, estava sendo tocado e convocado com base num ato da Mesa Diretora. Então, eu fico em dúvida.

Olha, a pandemia continua. Há matérias que ainda são atinentes à questão da pandemia como, por exemplo, os decretos legislativos de prorrogação do estado de calamidade de muitos municípios. Outras matérias virão e eu pergunto, Sr. Presidente: qual é o regulamento que está nos guiando? Se é a portaria, se é o ato da Mesa ou se é o Regimento da Casa. O Regimento é superior, mas o Regimento diz, também, Sr. Presidente, que a Mesa Diretora tem poderes para normatizar e encaminhar. Então, eu queria levantar essa preliminar.

É muito simples. Eu não sou um deputado “cricri”, não gosto de criar confusão, mas eu quero, neste momento, que o meio de imprensa, que a mídia, que os jornalistas que estão vendo a nossa sessão plenária – atenção, jornalistas! – atentem para essa dualidade de normas. Nós temos um ato administrativo da Mesa Diretora que estabeleceu o Sistema de Deliberação Remota. Quando foi ontem, no debate, após a convocação do sistema remoto, o líder da Minoria levantou uma questão de ordem que foi acatada pela Mesa e, praticamente, derrubou toda a normativa que tinha sido estabelecida pelo ato da Mesa, o Ato nº 9.391/2020.

Então, eu não sei... Eu não sei qual é a regulamentação hoje! Eu não sei qual a norma que vamos seguir, se é o regulamento da Casa, ou se é essa norma que

estabelecemos pelo ato da Mesa. Mesmo porque a situação de anormalidade no funcionamento da Casa continua, Sr. Presidente.

Levanto isso, inclusive, para lembrar que V. Ex.^a, às 18 horas, encerrou a sessão porque não havia prorrogação. Mas nesse Ato nº 9.391/2020, Sr. Presidente, está dito, entre os artigos 9º, 10 ou 11 – não me lembro exatamente agora –, que, a critério do presidente, pode prorrogar a sessão. Levanto essas preliminares para que tenhamos a clareza de que estamos vivendo, neste momento, uma dualidade de normas. Há um ato da Mesa Diretora e há o regulamento. Então, gostaria que V. Ex.^a esclarecesse para o Plenário.

E atenção à imprensa: eu gostaria que a imprensa acompanhasse essa preliminar para que não possamos derrubar uma resolução por uma mera vontade de uma questão de ordem. Tudo bem. Mas se foi a Mesa Diretora que instituiu, ela, no mínimo, tinha que... A questão de ordem de ontem deveria ser remetida à Mesa Diretora para que ela reapreciasse e trouxesse uma nova diretriz, para que nas novas sessões, a partir de hoje – no caso, se ontem fosse acatada essa sugestão –, nós tivéssemos outras diretrizes para o funcionamento da Casa.

Essa é a minha preliminar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Raimundo, ontem, eu tive a oportunidade de discutir com a área técnica da Casa e todos foram unânimes ao afirmar que o ato da Mesa que nós temos serviu para nortear um período em que todos estávamos trabalhando em comum acordo. A partir do momento em que se levanta uma questão de ordem e que aquele acordo de lideranças não vai mais fazer parte do nosso dia a dia, é obrigação da minha parte fazer valer o Regimento. O Regimento é superior.

Esse nosso ato foi, inclusive, *ad referendum* da Mesa, foi um ato da Presidência *ad referendum* da Mesa Diretora, e nós nem o apreciamos no Plenário.

Então, nós temos o Regimento da Casa e precisamos, todos nós, principalmente os que são regimentalistas, temos de estar aqui. As nossas ações têm de ser pautadas no Regimento Interno, porque senão tudo que fizermos estará fora da legalidade necessária. Não temos outro caminho, hoje, a não ser fazer com que as sessões sejam – todas elas –, a partir de então, como se deve fazer pelo Regimento.

Naquele momento, deputado Zé Raimundo, quando estávamos numa situação bastante complicada, uma situação muito complexa, nós tínhamos um medo muito grande. Afinal de contas, para fazermos as votações virtuais, os parlamentares estão no conforto das suas residências, mas nós temos de estar aqui, na Casa. Temos agora, por exemplo, um, dois, três, quatro, cinco seis, sete... Nós temos oito pessoas no Salão Nobre. Afinal de contas, todos sabem que não é o melhor caminho, com tudo fechado, num ambiente fechado. Mas nós temos de dar continuidade, nós temos de trabalhar e dar o resultado que os baianos sempre esperam da nossa Casa.

Então, desde ontem, sob orientação do próprio Carlos Machado, eu disse que, havendo questionamento, o Regimento é soberano. É como se nós, por exemplo... Se nós deixarmos de nos guiar pelo Regimento, estaremos cometendo uma ilegalidade.

Sobre a imprensa que está presente, não tem problema. Eu sempre estive de portas abertas e não tenho nenhuma dificuldade de fazer com que os atos por nós

praticados sejam publicizados. Pelo contrário, esta sessão é pública, está sendo televisionada pela *TV Assembleia*. Ontem, mesmo, o que saiu na sessão foi colocado no *site*.

Então, a todos aí que estejam nos vendo e escutando, esta é a nossa decisão, a decisão técnica, não fui eu que tomei. E tinha uma regulamentação que era um consenso. A partir do momento em que o líder da Oposição discorda do ato, volta-se ao Regimento, que é superior a qualquer ato administrativo. Aí, eu não posso cometer uma ilegalidade! Eu não posso cometer uma ilegalidade!

Então, é muito simples: a regulamentação... a regulamentação era consensual. A partir do momento em que houve o questionamento do líder da Oposição, que discordou do ato do SDR, volta-se ao Regimento, que é superior a qualquer ato administrativo. Então, essa...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches; e depois, o deputado Rosemberg.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, me faço ouvir?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu estou ouvindo bem.

O Sr. ALAN SANCHES: O deputado Sandro Régis não está presente até o momento, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não está, não está.

O Sr. ALAN SANCHES: Ele me pediu que, como 1º vice-líder da Oposição, o substituísse até a sua chegada.

Veja bem, Sr. Presidente, V. Ex.^a foi extremamente preciso, mas me parece que a sessão de ontem continua hoje, pelo discurso, pelo aparte, pela questão de ordem do nosso professor Zé Raimundo, quando ele tenta, mais uma vez, emparedar V. Ex.^a – porque eu percebi isso e tenho certeza que todos os deputados – falando: “Olha que a imprensa tem que estar vendo isso, que a imprensa tem que estar vendo isso”, e, pela terceira vez, “Que a imprensa tem que estar noticiando.”

V. Ex.^a falou muito bem: todas as nossas sessões, todas, são públicas, não são fechadas. Então, não precisa que o nosso querido Zé Raimundo, presidente da CCJ, venha ficar lembrando com essa retórica e, de alguma forma, até querendo amedrontar V. Ex.^a, como se V. Ex.^a estivesse fazendo algo equivocado.

Foi feita ontem uma questão de ordem pelo Líder Sandro Régis, que disse:

“A partir de hoje não tenho mais acordo com quem não cumpre.” Acordo!

Então, dessa forma, como o governo não cumpre os acordos, o que foi dito é que não há mais acordos! Vamos seguir o rito normal e regimental. Então, não vejo qual o problema que o deputado José Raimundo está questionando. Não tem. Não existe.

Agora, o que nós temos é o seguinte: temos que assentar a cabeça, ficar tranquilos e esquecer a passagem de ontem, os discursos que o próprio deputado Rosemberg, as insinuações que o deputado Rosemberg fez sobre a Oposição, inclusive... (interferência na conexão)... sobre aquele jogo de que ele estava falando. Estava falando em jogo da Oposição, foi o que eu percebi.

Deputado Rosemberg, se eu estou equivocado, me perdoe, mas na minha percepção, no meu áudio, foi o que deu. E isso, para mim, é um assunto vencido, sobre essa falácia de ontem.

Então, eu acho que a gente tem que começar, já que a Base do Governo está querendo já votar os projetos. Eu acho que sim.

Vamos, agora, voltar às Representações Partidárias e a sessão deve prosseguir normalmente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

(Pausa)

Rosemberg, o áudio de V. Ex.^a está fechado. Está fechado o áudio, está fechado o áudio. Está fechado o áudio. Abriu, abriu agora.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Agora. Estou dependendo da liberação daí, meu querido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Acabou de abrir.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, querido presidente, veja bem, eu acho que a gente precisa encerrar essa questão de ontem. E, deputado Alan, o deputado Zé Raimundo tem todas as suas razões quando ele faz a análise do ponto de vista do que nós aprovamos anteriormente.

Em que pese eu entender que essa coisa já foi superada, eu acho que o deputado Zé Raimundo levanta uma questão, a seguinte: foi feito pela Mesa Diretora – mesmo que tenha sido a Presidência, *ad referendum* da Mesa – e depois foi validado pelo Plenário, porque nós...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, não, não, não, não foi validado pelo Plenário, não. Deputado Rosemberg, não foi validado pelo Plenário, não. Só na Mesa, não teve Plenário. Nós não votamos em Plenário.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Pois é. Então, de qualquer maneira, é isso.

Então, eu acho... eu já externei a minha opinião ontem, que não deveria ser no curso daquela sessão, que nós, obviamente, fizéssemos isso na sessão seguinte. Até porque nós não tínhamos condições reais para trabalhar numa sessão com o Regimento da Casa.

Por exemplo, requerimento físico. Nós não tínhamos condições de fazer ontem uma sessão eminentemente virtual. Uma série de coisas que nós já conversamos. Eu conversei com o presidente sobre isso, conversei também aqui, no Plenário.

Então, eu acho que isso serve também para que a gente possa regulamentar as questões para a frente. Por exemplo, o Regimento diz que as decisões da Mesa devem ser aprovadas no Plenário. Então, eu acho que temos que fazer isso das próximas vezes, até para evitar esse tipo de dúvida levantada pelo deputado Zé Raimundo.

Então, eu acho que nós tivemos uma série de contratempos naquela reunião de ontem. Já conversamos, eu acho que já está superado, do ponto de vista da reunião de ontem.

Hoje, nós vamos dar continuidade para apreciar o que estava sendo debatido ontem. Já tomei todas as medidas no sentido de prorrogação, de calçamento da sessão, todas as medidas no sentido de evitar qualquer tipo de suspensão da reunião, para que a gente possa dar continuidade.

Eu queria pedir, deputado Zé Raimundo, que depois a gente pudesse voltar a conversar sobre esse tema.

A única ponderação, deputado Alan, que eu queria fazer com V. Ex.^a, já que substitui o deputado Sandro Régis, é que no acordo estavam as questões da Covid. O termo aditivo da regularização dos repasses do governo federal para o governo estadual é específico da Covid, que seria o projeto eminentemente seguinte a esse. Queria que nesse período, enquanto a gente está discutindo, porque era importante, porque isso impacta não o governo do estado, mas impacta todos os municípios, da mesma maneira que os PDLs impactam os diversos municípios. Cada dia que a gente atrasa isso, vai atrasando também. E alguns prefeitos que precisam prestar conta, que não se reelegeram, etc. e tal, precisam estar com segurança dessas questões.

Então, nesse projeto, que é o projeto seguinte ao que nós estamos apreciando agora, eu entendo que havia uma combinação. Por conta disso, eu gostaria de continuar contando com a validade desse acordo, que a gente votasse. Até porque não há nenhum tipo de interesse específico do governo, mas, sim, interesse do estado e dos municípios tratando dos repasses do governo federal em relação à Covid.

Então, presidente, fiz essa questão de ordem no sentido de a gente sequenciar e, depois, conversar um pouco com o deputado Zé Raimundo entendendo as suas colocações. E reconheço nele as preocupações, mas eu acho que a gente devia superar essa coisa de ontem e ir para a sessão de hoje.

E, por último, deputado Alan, agora que a emoção já passou e tal, naquele momento de emoção, muito pelo contrário, você não me ouviu falar do governo, muito pelo contrário. Quando eu estava com o deputado Robinson, a gente estava conversando, eu valorizava a Oposição. Dizia exatamente o inverso do que vocês falam. Eu dizia que é o papel da Oposição fazer o jogo regimental, é o papel de vocês. Muito pelo contrário, ao invés de ser algo negativo, eu estava valorizando o papel de vocês. Mas vida que segue, isso já está superado.

Presidente, eu queria pedir que nós continuássemos a sessão respeitando a intervenção do deputado Zé Raimundo que, na minha opinião, tem extrema pertinência ao tema.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Todo mundo aqui é respeitado.

Pela ordem, deputado Eduardo Salles. Espere, deputado. O deputado está sem som.

O Sr. Eduardo Salles: Presidente, colegas deputados, eu venho aqui, justamente, falar em relação a esse acordo que foi feito em relação à questão da Covid. Nós temos passado por momentos difíceis nos municípios, acho que todos os deputados têm prefeituras que precisam fazer a prestação de contas. E nós temos, hoje, um problema complicadíssimo na contabilidade dessas prefeituras, já que os PDLs não foram aprovados até agora na questão da calamidade e que, como foi dito, eles vão ser aprovados retroativos. Mas volto a pedir também aí ao deputado Alan, que substitui neste momento o líder Sandro Régis... Queria me colocar sobre a importância que nós temos e também, deputado Alan, incluir essa questão da calamidade também naquele acordo que era feito entre a oposição e a situação para que a gente tenha a celeridade na votação tão logo entre na Ordem do Dia, para que a gente tenha celeridade, para que os prefeitos, inclusive prefeitos de V. Ex.^a, deputado Alan, e diversos outros da própria situação e oposição, possam prestar contas em relação aos gastos que vieram da Covid.

Então, os prefeitos estão desesperados, neste momento, com suas contabilidades, sem saber o que fazer neste momento. Gostaria da sensibilidade dos deputados, notadamente do deputado Alan Sanches para que a gente possa permanecer também com o acordo, no caso desses PDLs, para que a gente possa colocar e dar celeridade na tramitação.

Aproveito e coloco, quero parabenizar o deputado Alan, que também pediu vista do projeto importante para que a gente possa ter a manutenção das vias dos distritos industriais. E pedir também, agradecer e parabenizar e dizer que, sem dúvida, hoje, a gente vai ter, eu como presidente da Frente Parlamentar do Setor Produtivo, tendo Tiago Correia como vice... Nós sabemos e temos ouvido tanto da importância que tem a aprovação desse projeto para todas as indústrias da Bahia em diversos cantos e em distritos industriais do interior da Bahia.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Alan Sanches para, como bem disse ele, se posicionar. Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, só para me posicionar. Ontem, quem estava acompanhando a sessão, respondendo ao deputado Rosemberg, foi muito claro, Sandro, que esse dinheiro da Covid já foi gasto e resolvido o processo. O que precisa agora é uma resolução apenas burocrática, sem prejuízo para absolutamente ninguém. Com relação a essa mudança de postura que, ontem, o deputado Sandro Régis se posicionou, eu não posso, antes de conversar com meus pares, e não poderá ser no decorrer desta sessão, até que eu possa ter uma resposta plausível para dar acordado com meus pares, inclusive com o próprio deputado Sandro Régis.

Com relação ao questionamento do querido amigo deputado Eduardo Salles, que faz um grande trabalho nessa frente parlamentar, eu acho, inclusive, que foi o próprio Tiago Correia que sugeriu, ou foi o nobre deputado Paulo Câmara que sugeriu que a gente fizesse uma inversão de pauta, acho que foi Tiago Correia, que se fizesse uma inversão de pauta justamente para a gente pegar esses processos e os projetos de decretos legislativos que vão precisar ser renovados, agora, dia 31 de dezembro, que a gente invertesse. Como o plenário é soberano, nós poderíamos, sim, ao que entendo,

votar todos esses projetos de decreto legislativo, de renovação de decreto legislativo de estado de calamidade para que a gente não trouxesse prejuízo nenhum.

O que não se pode e do que a Base do Governo não poderá querer se utilizar é dizer do seguinte: “Oh, vai prejudicar os prefeitos.” Não! A sugestão do colega Tiago Correia, que é a sugestão de toda a Base da Oposição, é que a gente faça uma inversão de pauta e que esses decretos passem na frente, se houver acordo. Se houver anuência do deputado Rosemberg, nós podemos inverter a pauta, sem prejuízo absolutamente para ninguém. Inclusive, eu coloco isso novamente para que o deputado Rosemberg possa avaliar, e que a gente... Eu tenho certeza de que a minha base, juntamente com Sandro, todos nós da Oposição, nós vamos votar todos os decretos de renovação, decretos legislativos de renovação de estado de calamidade de todos os municípios, não há problema nenhum. Agora, se não quiser votar hoje, não será a Oposição, será a liderança do Governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos dar início. Deputado Rosemberg, V. Ex.^a me disse que tinham entrado com dois requerimentos: um requerimento calçando a sessão, fazendo a convocação da sessão extraordinária. Esse documento já está aqui comigo. Agora, não tenho nada... (Intervenção fora do microfone) Ah, aqui eu estou com este documento. Agora, eu não tenho ainda de prorrogação da sessão, para depois se cairmos... Não chegou ainda.

Bom, há aqui algumas questões de ordem. Eu acho que seria interessante, já que a gente voltou ao rito normal, eu achava que a gente devia pegar essas questões de ordem que tem ainda represadas para o deputado falar no seu respectivo tempo dos seus partidos, porque aqui ainda a gente tem o Horário das Representações Partidárias, Horário das Lideranças, e só aí entraremos na discussão do projeto, em que já tem alguns inscritos.

Então, eu quero já iniciar dizendo que não há expediente a ser anunciado, não há manifestação de orador de Pequeno Expediente, Grande Expediente, não há oradores inscritos no Horário das Representações Partidárias.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra, o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Deputado Hilton, deputado Hilton. Abrir o microfone para o deputado Hilton, por favor.

Está aberto o microfone do deputado Hilton?

(O Sr. Ernâni Romeo: Aí, agora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu não vou me pronunciar agora, não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

Com a palavra, o deputado Rosemberg. Deputado Rosemberg, V. Ex.^a vai utilizar os tempos ou eu já posso passar sempre para a Oposição?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, eu quero que V. Ex.^a deixe um tempo, o último tempo reservado porque eu fiz uma combinação para que a cada sessão, neste caso especial, utilizássemos. E, aproveitando, presidente, só respondendo, já que o deputado Alan falou, eu vi que o deputado Sandro Régis também entrou aí na sala, eu acho que os sobre os dois projetos, tanto o termo de ajuste que diz respeito à Covid quanto os PDLs, eu não vejo nenhum problema, por acordo, de que a gente possa... Lógico que tem um problema regimental porque a pauta está bloqueada. Mas acredito que a gente poderia, sim, encontrar um acordo para votar esses dois projetos por unanimidade, por acordo. São dois projetos de interesse dos diversos municípios.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria do Bloco Parlamentar PSDB/Republicano para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. Deputado Alan ou então o deputado... Deputado Sandro já está na sala? Deputado Sandro já está na sala? Então, deputado Sandro. Com a palavra o deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Presidente Nelson, por enquanto, o deputado Alan vai seguindo como líder da Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., deputado Alan...

O Sr. Sandro Régis: Mas, de antemão...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., deputado Alan. Espere aí, deputado. Reabra o som do deputado. Reabriu já, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Mas, de antemão, quero comunicar ao líder do Governo, que, já em conversa com a nossa Bancada, a possibilidade de qualquer tipo de acordo com o Governo, infelizmente, é zero. Não há acordo com o Governo para se votar mais nada. Até porque a Oposição não joga. E o deputado Alan agora segue como líder.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pronto, é só para me situar, deputado Nelson, presidente Nelson Leal, é o tempo de...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Do PSDB e Republicano.

O Sr. Alan Sanches: São 11 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Por 5 minutos falará o deputado Prisco e por mais 5 minutos restantes falará o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Prisco pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, está aberto.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Está aberto, sim, presidente. Muito obrigado por esse espaço à nossa Bancada. Boa tarde a todos. Sr. Presidente, eu estou aguardando uma posição desta Casa e do governador do estado em relação ao escândalo, absurdo jamais visto na Bahia, com provas robustas, com tudo declarado aí na imprensa. Coisas absurdas, assim, que a gente viu, algo que a gente nem esperava. Até o próprio Ministério Público da Bahia, um órgão tão sério, combativo, um órgão extremamente moralizado, foi manchado pela ex-procuradora do Ministério Público.

Eu ainda confio no Ministério Público da Bahia, graças a Deus. Mesmo tendo as provas apresentadas pelo Ministério Público Federal, que colocou tudo de forma clara e transparente.

Há uma organização criminosa na Secretaria da Segurança Pública da Bahia e o silêncio é ensurdecador, tanto do governo do estado quanto desta Casa, a Assembleia Legislativa. Caberia, inclusive, uma CPI para investigar o que aconteceu e o que está acontecendo porque a delação e a Operação Faroeste estão apenas na segunda fase. Muito mais coisa vem por aí. Até quando a Bahia vai viver isso? Um escândalo! Tanto no Tribunal de Justiça da Bahia, que também é um órgão extremamente sério e passou pelo que vem passando, quanto no Ministério Público da Bahia.

Eu confio bastante no Ministério Público da Bahia e na nova procuradora – que Deus a continue abençoando –, mas a sua história foi manchada por essa ex-procuradora. E eu, inclusive, fiz uma denúncia contra ela no Conselho Nacional de Justiça e por perseguição política... E agora está claro, escancarado, a que grupo ela pertencia. Não a um órgão independente do Ministério Público, mas a um grupo do governo que, à época, pediu busca e apreensão na minha residência, o que foi negado pelo Poder Judiciário.

Então, que absurdo, que escândalo a gente está vendo toda hora na imprensa! Todos os dados colocados, tudo colocado às claras. Que absurdo! Que vergonha! Que mancha para o Brasil e para a Bahia! Está provado que a Secretaria da Segurança Pública era a secretaria não só da insegurança pública, mas do núcleo criminoso, como descreve o Ministério Público.

Olhem como colocaram o agora ex-secretário, Maurício Teles Barbosa: “a pedido”. Gostei da publicação do governador: “a pedido”. A pedido de quem? Do Ministério Público Federal ou forçado pela Justiça? Na publicação do *Diário Oficial* mostra que ele era o chefe da organização criminosa. Isso apenas neste processo! Se for falar dos demais processos – inclusive, do processo que a gente denunciou aqui –, vai aparecer muito mais. Eu não tenho dúvida de que depois dessa busca e apreensão que ocorreu vai acontecer muito mais.

Eu ainda fico vendo deputados da Base do Governo querendo defender o indefensável. As provas estão aí, desnudas: conversa de *WhatsApp*, áudio, ligação telefônica, movimentação financeira, tudo no Ministério Público Federal. Inclusive, o pedido de prisão preventiva para ele próprio foi negado. Ah, se ele fosse um trabalhador qualquer, um policial qualquer! Mas eu acredito na justiça de Deus. Na justiça dos homens, está aí agora o que está acontecendo.

Fico ainda mais estarelecido, deputados da Base do Partido dos Trabalhadores, que aqui está a exoneração e a publicação do novo secretário de Segurança Pública. O novo secretário é aquele mesmo que atirou nos trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra. É ele mesmo! Porque a imprensa abafou, escondeu, mas foi ele mesmo que foi nomeado. Atirou em vocês, no movimento dos trabalhadores que vocês defendem, quando foram fazer uma ocupação na Secretaria da Segurança Pública, coisa que vocês fazem rotineiramente.

Este Partido dos Trabalhadores e este governo, em que se transformaram na Bahia? Mas um dia, quiçá Deus queira, a Bahia vai se ver livre dessa corrupção, dessa lama que varre, como começou agora. Mesmo com toda a perseguição política que sofri e sofro deste governo, eu jamais baixarei a minha cabeça para vocês porque eu creio num Deus fiel e maravilhoso e sigo a Ele.

O Superior Tribunal de Justiça desnudou uma organização criminosa envolvendo o Ministério Público...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: (...) o Poder Judiciário e o Poder Executivo, e não vemos nada, ninguém falando sobre isso. Deixo aqui, mais uma vez, o meu repúdio e peço a esta Casa que também se manifeste em relação a isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 5 minutos. Abra o microfone do deputado Paulo Câmara, por favor.

O Sr. PAULO CÂMARA: O.k. Liberou?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Abriu. Agora está 100%!

O Sr. PAULO CÂMARA: Querido Presidente, amigos deputados e deputadas, é um prazer falar com cada um de vocês. Saudades de todos, amigos e amigas, tanto tempo que não nos vemos! Agora, estamos só nas nossas residências, às vezes no interior. Mas sentindo falta desse trabalho, sentindo falta do Plenário, sentindo falta das nossas discussões.

Acho que esta Casa ficou muito tempo sem produzir, praticamente 90, 100 dias, e é por isso que chegou a esse estrangulamento. Se tivesse uma organização por parte do governo para pautar os projetos que fossem de seu interesse, certamente não teríamos esse atropelamento que estamos tendo no final do ano. Sequer a LDO foi discutida, sequer o orçamento. Nós estamos com a pauta muito forte e não vai ser agora que a Oposição, mais uma vez, vai fazer um gesto com a Bancada do Governo.

Eu acho que o líder Sandro Régis foi muito feliz na sua fala de ontem, quando disse que a Oposição foi, sim, de fundamental importância para a aprovação dos principais projetos da Base do Governo porque, às vezes, a própria base não queria aprovar. E a Oposição responsável, liderada por Sandro, sempre teve esse papel de discussão, de aperfeiçoamento, mas, claro, utilizando sempre o Regimento.

Foi assim que convivi durante 16 anos na Câmara Municipal. Se discutia nome de rua. O Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, os partidos mais de centroesquerda queriam discutir, não abriam mão. E era regimental, era legal, nós tínhamos que entender e compreender, mesmo achando que aquilo era perda de tempo. Agora, num papel importante como esse, projetos importantes que estão sendo discutidos, a Oposição não vai discutir? Aí é se furtar ao seu papel, aí é melhor deixar de ser Oposição e ser Base do Governo.

Quero complementar esta fala na linha dos acontecimentos e cobrar esclarecimentos do Governo e desta Casa. Aliás, fui o único deputado a cobrar os R\$ 100 milhões pagos pelos respiradores. Esse dinheiro já voltou? Primeira pergunta. Qual a ação que foi feita? Só o andamento... Cadê o Sr. Bruno Dauster? O que é que fala o governo do estado? Foram criadas duas empresas: uma com a entrega do respirador para 2030 – acho que a Covid vai estar em “Covid-32” e esse respirador não chega – e outra empresa criada numa sala, por um grupo de *WhatsApp*, que recebeu R\$ 50 milhões de mão beijada do governo do estado da Bahia. E aqui não quero apontar nomes porque esse não é o meu papel, mas quero responsabilizar a instituição.

A instituição Governo do Estado da Bahia é responsável e eu não vejo nenhuma fala. Porque se prestasse esclarecimento, se desse uma satisfação, se tivesse um acompanhamento, poderíamos efetivamente trabalhar, discutir e até estar aqui de bom grado. Mas como se trata de problema que traz a batata quente para o colo do Governo, ele silencia e quer que a Oposição faça o quê? Cara de paisagem? Não dá! Concordo com o líder Sandro Régis. Acho que foram muito felizes as suas palavras e também agora a condução do deputado Alan Sanches. Nós temos de discutir, temos de debater.

Aliás, o Projeto de Lei nº 23.976 foi fruto da obstrução, da obstinação do deputado Tiago Correia, que correu atrás, que quis modificar. Porque senão o Governo ia atropelar de maneira açodada, como, aliás, é o seu papel. Ele acha que a Assembleia é um anexo, um anexo que tem de servir. Não! Nós somos parceiros desde que haja discussão, haja transparência, haja respeito, e muitas vezes, em alguns casos, nós não tivemos. Como no caso da votação da Previdência, feita numa sexta-feira, de madrugada. Nunca vi aquilo na minha vida, com 16 anos de vida pública. Eu não sei se o deputado Euclides, com mais tempo do que eu, tem essa lembrança de, numa sexta-feira, votar uma Previdência tão importante, sem a participação de nenhum secretário, sem nenhuma apresentação, sem nenhuma audiência pública. E graças à Oposição foi aprovada.

Então, acho que a Oposição cumpre o seu papel de maneira técnica, responsável. Não há o que se discutir com relação ao nosso papel. Nós temos de debater, sim. Temos de utilizar o nosso tempo regimental, sim. E temos de cobrar os esclarecimentos. O deputado Prisco quer os esclarecimentos, as respostas da Casa e do Governo. E eu quero, desde o dia 11 de junho, esclarecimentos do governo do estado. Cadê os R\$ 100 milhões que sumiram? Quem levou fumo foi o povo da Bahia e a população do Nordeste. E esta Casa não dá uma satisfação, o líder do Governo não dá uma satisfação, os secretários competentes não dão uma satisfação. E aí exonera a pedido, que foi o caso de Bruno Dauster, o todo-poderoso.

Então, minha gente, eu acho que a gente vai estar aqui firme, forte, debatendo. Até porque o próximo projeto, que é o de nº 24.001, que a gente vai discutir, vai debater até à exaustão, fala do escalonamento para pagamento da dívida do governo do estado. Que escalonamento é esse? Qual é o valor da dívida? E tantos assuntos para serem discutidos.

E não vai ser aqui, a toque de caixa, para atender “a”, “b” ou “c”, que vamos fazer vista grossa. Pelo contrário, Sr. Presidente, pelo contrário, Sr.^{as} e Srs. Deputados, acho que a nossa Casa tem de prestar esclarecimentos, tem de debater, tem de discutir com firmeza, nunca faltando com respeito com “a”, com “b” ou com “c”, mas marcando posição. Este é o nosso papel: marcar posição firme, ter lado, cobrar, para que possamos ser respeitados pela população da Bahia.

Eram essas as minhas iniciais, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO CÂMARA: Já concluí, presidente. Agradeço sua tolerância e a paciência dos nobres colegas deputados e deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

É o deputado Alan Sanches.

Deputado Alan, V. Ex.^a está com o microfone desligado. (Pausa) Continua desligado.

Abriu aí, Ernâni?

(O Sr. Ernâni Romeo: Já.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan, vê se consegue abrir o microfone de V. Ex.^a. Pronto.

O Sr. Alan Sanches: Abriu, não é? Eu mudei para o computador, Sr. Presidente. Peço desculpas. Mudei e estou usando pela primeira vez neste computador para poder liberar o celular, porque eu estava tendo que conversar no celular.

Bem, Sr. Presidente, indico agora o deputado Capitão Alden, pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Capitão Alden, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, boa tarde a todos os deputados e deputadas presentes nesta gloriosa sessão.

Mais uma vez, eu gostaria de reforçar, de endossar as falas do meu amigo deputado Paulo Câmara com relação à cobrança dos respiradores. Até hoje o governo do estado silencia e, inclusive, poucos parlamentares desta Casa têm feito questionamentos a respeito da cobrança dos respiradores.

Paulo Câmara, no dia 11 de junho, fez a primeira denúncia. Eu fiz a denúncia dos respiradores antes, no dia 10 de junho, conforme os jornais publicaram à época. E, mais uma vez, no dia 14 de junho, denunciei três contratos que a Sesab havia realizado com uma empresa, a Pulsar Development, que teria um custo orçado em torno de R\$ 150 milhões. Depois que eu fiz a denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado, fui a Brasília, ao Ministério Público Federal, para também denunciar esses contratos que, logo após a minha denúncia, foram cancelados pelo governo do estado.

O governo do estado teria alegado que um dos motivos do cancelamento seria a falta de cumprimento do acordo por parte da empresa quanto à entrega desse material, desses equipamentos. Sendo que o próprio contrato ainda dava mais 1 semana de prazo para que a empresa fizesse a entrega do material. Então, de forma alguma procede a argumentação do governo do estado de que o cancelamento se daria em função do atraso da entrega desses equipamentos, sendo que a empresa ainda tinha 1 semana para entregar.

A suspensão foi justamente porque eu aponte irregularidades gravíssimas nesses contratos, que foram anulados 2 horas depois da minha denúncia e que somariam um rombo de mais de R\$ 150 milhões. Dentre os vários motivos para os contratos serem cancelados, serem suspensos, foi justamente em razão da ausência de uma série de informações que seriam pertinentes, necessárias, para a sua validação.

Reforço aqui, mais uma vez: desde o dia 10 de junho, tenho feito denúncias cobrando do governo do estado e, até o presente momento, sem nenhuma resposta. Eu gostaria que o líder do Governo pudesse se manifestar. Que ele pudesse, inclusive, trazer aos nobres deputados os desdobramentos das apurações que foram e que estão sendo realizadas pela Polícia Civil do Estado da Bahia, que, em conjunto com o Ministério Público, também fez levantamentos a respeito dessas denúncias envolvendo Dauster e outras empresas relacionadas nesse processo.

Então, Sr. Presidente, queria aproveitar o ensejo para, mais uma vez, reforçar esse questionamento, porque a sociedade baiana está cobrando diariamente um posicionamento do governo do estado. R\$ 93 milhões não podem simplesmente ser empregados com recursos públicos na compra de respiradores e até o momento não haver um esclarecimento plausível para a sociedade. Já se devolveram os recursos? Quanto desse montante já foi devolvido? E o que foi feito de fato com as pessoas que estavam direta ou indiretamente envolvidas na concepção desse processo?

Encerro aqui as minhas palavras, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho. Deputado Luciano... Deputado Luciano. Deputado Alan Sanches...

Deputado Alan!

O Sr. Alan Sanches: Estou ouvindo. Alto e claro.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo tempo é do DEM e do MDB.

Nós estamos tendo um problema para contactar o deputado Luciano.

O Sr. Alan Sanches: Eu mesmo posso usar a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, V. Ex.^a utilizaria esses 5 minutos restantes e colocaria o deputado Luciano Simões no horário do DEM e do MDB.

Fechado assim?

O Sr. Alan Sanches: Tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a com a palavra, por 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas. A primeira coisa que eu queria falar é que, em tudo isso que a gente vem passando no decorrer deste ano, principalmente após o começo da pandemia, no dia 16 de março, vocês puderam observar que a Oposição sempre esteve disposta aos acordos. Esteve disposta a ajudar, inclusive, o Governo, como a gente fez no ano passado, no ano retrasado e como a gente vem fazendo com uma oposição extremamente leal que procura construir o melhor para o estado da Bahia. Não sendo apenas uma oposição de críticas, mas também de construção para um objetivo melhor e maior que é a dignidade e a melhor qualidade de vida da população da Bahia.

Mas, no decorrer desses tempos, nós fizemos concessões. E quando você faz concessões, você também quer recebê-las. De que forma? Na manutenção da palavra. Os acordos feitos não podem ser quebrados. E o que aconteceu para que nós estejamos, neste momento, passando por este turbilhão na Assembleia foi justamente a quebra da palavra, a quebra do acordo.

Quando eu falo sobre a quebra da palavra, a quebra dos acordos, eu não quero, em hipótese alguma, falar no pessoal, absolutamente. Não estou falando no aspecto pessoal do deputado Rosemberg, não estou falando no aspecto pessoal do governador Rui Costa, absolutamente. Mas estou falando de forma institucional.

E sendo assim... Estou vendo um pouco paralisada a minha imagem. Eu me faço ouvir pelos colegas?

Ótimo! Estou vendo a senhora, deputada presidente Ivana. (Risos)

E sendo assim... Agora saiu a minha imagem, mas estão me ouvindo, não é?

Ótimo! Ótimo!

Sendo assim, amigos, o que nós precisamos – e sempre temos que batalhar por isso – é que a palavra dada seja cumprida. E é por isso que não adianta tentarmos de alguma forma... O deputado Rosemberg... Quando eu cito bastante o nome do deputado Rosemberg, mais uma vez, não é personificando a liderança, mas ele é quem fala em prol de todos, ele é quem representa a todos. Nada pessoal. Não tenho acordos nem nunca tive nenhum processo pessoal com o deputado Rosemberg. Estou falando de forma institucional.

E quando falo que Rosemberg não cumpriu a palavra, não é o Rosemberg que não cumpre a palavra, são os acordos que nós sentamos, conversamos, acordamos e que não são cumpridos. Então, quando fazemos um acordo dizemos: “Esse acordo foi caro? Esse acordo foi barato? Esse acordo foi justo? Esse acordo não foi?” E o que nós queremos – e sempre vamos batalhar – é que as leis sejam cumpridas.

As emendas impositivas dos deputados da Oposição... Quando eu vejo deputados da Situação entregando as suas orientações, as suas indicações, vejo que nós da Oposição não temos sequer um direito constituído nosso, legalmente. Nós não temos direito às nossas emendas impositivas. E o que é que acontece? Isso é maldade do governador? Isso é maldade do governo Rui Costa? Eu não sei. Depois ele pode se pronunciar sobre isso, mas foram feitos acordos, e acordos, e acordos, que não são cumpridos. Não são cumpridos!

Então, eu acho que o deputado Sandro Régis foi extremamente feliz quando disse: “Eu não posso fazer acordo com o deputado Rosemberg porque o Governo nada cumpre.” O Governo acorda e não cumpre. Então, dessa forma, não adianta sensibilizar o coração dos deputados da Oposição. Parêntese aberto porque jamais estaremos aqui para prejudicar quem quer que seja da população do estado da Bahia. Mas o que nós não podemos permitir é que mais uma vez o governo do estado faça os seus compromissos, faça o acordo regimental, o acordo parlamentar, e não cumpra.

Sendo assim, Sr. Presidente, fica extremamente complicado para a Oposição. O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: Fica extremamente complicado para todos nós da Oposição aceitarmos qualquer tipo de acordo, benevolência, ajuste ou ajuda, como quiser falar. Quando eu falo acordo, é no sentido mais positivo do processo legislativo. Porque todos conhecem a nossa índole, de todos os deputados e deputadas da Oposição, mas fica realmente muito complicado fazer qualquer tipo de acordo com o deputado Rosemberg. Quando eu falo do deputado Rosemberg estou falando do Governo, porque nada cumpre, nada foi cumprido até hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar do DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, Ernâni está me boicotando? É uma brincadeira, Ernâni! Sei do trabalho árduo que você tem feito.

Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Carlos Geilson e pelo tempo restante, de 5 minutos, tentarei novamente o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON: Me ouve bem, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ouço muito bem essa voz de locutor.

O Sr. CARLOS GEILSON: (Risos) Sr. Presidente, demais colegas, obrigado ao líder Alan Eduardo Sanches, que nos dá a oportunidade de nos dirigir e falar nesta sessão.

Em relação a cumprimento de acordo, quando Alan diz que o governo não cumpre, é porque eu acho que, ao longo do tempo... não vamos dizer que foi apenas

nessa legislatura, porque nós temos marcas ao longo do tempo, cicatrizes que ainda são visíveis, porque este governo não tem se pautado numa conduta retilínea de cumprimento de acordo. E quando o líder manifesta que fica muito complicado e que é difícil fazer qualquer sinalização de acordo, é justamente porque os outros não foram cumpridos.

E eu me lembro muito bem, meu caro Alan, daquelas sessões em que Marcelo Nilo se dirigia a uma sala com os membros da Oposição e jurava, e pedia socorro ao líder Zé Neto, e falava com alguém da Casa Militar, da Casa Civil e de repente chegava mensagem: “Está tudo resolvido.” Muitos deputados saíam dali da sala alegres e sorridentes para a sala do cafezinho, e ficavam esperando o cumprimento dos acordos. Nisso, se passava dia após dia, após dia, e nada acontecia. (Risos) E quando nós cobrávamos do presidente Marcelo Nilo, ele dizia: “Ah! Eu dei a minha palavra, mas a minha palavra foi interrompida porque o governador não cumpriu, porque o líder da Oposição...”.

Já estamos cansados! Cansados dessa questão de dizer: “Nos dê uma oportunidade que nós agora vamos mudar”. Não muda! E acho que já estamos ficando velhos, experimentados, e não nos cabe mais cair nesse tipo de armadilha, nessa conversa fiada de dar o aval para um acordo, se já sabemos de antemão que esse acordo não vai ser cumprido.

Então, vamos seguir todo o rito normal, natural. A Oposição já sinalizou que não vai criar nenhuma dificuldade para a aprovação dos projetos que são importantes para o estado da Bahia. A população baiana pode ter certeza, hoje, de que nós da Oposição... Não é essa Oposição, até porque nós já estamos fazendo oposição há um tempo bom e, ao que parece, os ventos sopram e nós deixaremos de ser Oposição ao final do ano de 2022. Os ventos estão soprando favoráveis para o futuro.

Mas garantindo aos colegas, garantindo também à Bancada da Situação que nós da Oposição faremos todo o esforço possível para aprovarmos os projetos que sejam convenientes e interessantes para o povo da Bahia. Mas dificuldade é natural de um processo democrático. Quer dizer, além de nos atropelar, além de passar um trator, além de fuzilar, quer colocar a Oposição no paredão e fuzilar sem que nós tenhamos a oportunidade de falar. E quando você fala você desagrada, você incomoda, você é criticado. Vocês querem o quê, também? Querem o que mais? Porque nós da Oposição não temos 21 deputados, o que seria um número interessante para a aprovação de CPIs etc. E nós não temos isso. Nós temos os tempos regimentais que estamos usando. As críticas que fazemos são pertinentes, nada no campo pessoal. Nada no campo pessoal!

Quando o nobre deputado Prisco fala da questão da segurança pública da Bahia, fala do que ele já passou, da perseguição que sofreu, ele está apenas constatando o que vivenciou. Ele não está criando *fake news*, não está criando nada, trazendo para si holofotes de coisas que não aconteceram. Ele se posiciona dentro da razoabilidade de fatos concretos, reais e palpáveis. Assim também desagrada o líder do Governo, o deputado Rosemberg Pinto. E eu me lembro perfeitamente de quando Rosemberg era membro da Bancada do Governo – sonhava, naquela ocasião, em sentar na cadeira de líder – e ele era mais, eu diria assim, contemplativo. Ele era mais fácil de entendimento.

Quando ele, agora, está na cadeira de líder do Governo, parece que se metamorfoseou, que se transformou. Aquele deputado que eu conheci, perfeitamente de bom trânsito, com paciência para ouvir o contraditório... Não! Aquele parece que ficou perdido em Itororó. O que eu vejo hoje é o deputado que se incomoda. Se incomodou ontem porque o presidente seguia o rito natural da sessão, a ponto de chegar a dizer, em outro momento, que eu fui ouvidor do Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: Vou concluir.

A ponto de dizer que eu fui ouvidor do Estado por 2 anos. Não, não fui por 2 anos, deputado. Assumi no dia 2 de maio de 2019 e saí no dia 2 de junho de 2020. Portanto, o tempo que o senhor divulgou que eu fiquei na ouvidoria... Não diria que o senhor está desinformado, é porque, atarantado pelos trabalhos legislativos da Casa, o senhor não atentou para esse detalhe.

Mas um grande abraço, meu caro presidente Nelson Leal. E quero dizer ao meu líder Alan Eduardo Sanches dos Santos que estou às ordens para o que der e vier nessa trincheira de luta.

Um grande abraço, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Senhores, o deputado Luciano Simões Filho. Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho, por 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, presidente. Boa tarde, amigos e amigas desta sessão. Eu não me canso de parabenizar o nosso presidente Nelson Leal por sua dedicação às nossas sessões virtuais, mesmo com todas essas novidades e implicações. Observei também com muita atenção o pronunciamento do deputado estadual José Raimundo, falando sobre a decisão da portaria da Mesa Diretora. Mas eu concordo com a colocação do nosso líder, agora atuante, Alan Sanches, de que o acordo prévio foi feito entre a liderança do Governo e a liderança do Senado.

É importante também destacar o pronunciamento do deputado Carlos Geilson de que nós somos uma bancada de oposição que não só e puramente faz oposição por fazer, mas que também é uma oposição propositiva, que pensa no bem da Bahia. É importante lembrarmos do pronunciamento de ontem do deputado estadual Tiago Correia. Tiago Correia estudou na profundidade o projeto de lei que modifica a estrutura da antiga Sudic, hoje Superintendência de Desenvolvimento Industrial da Bahia, e ele bem pontuou alguns artigos.

É importante que a Bancada do Governo também não diga amém a tudo que vem do governo do estado. A Assembleia Legislativa tem a sua importância no processo legislativo, para que a gente possa melhorar os projetos de lei que vêm do governo do estado, que vêm do Poder Legislativo e que vêm do Ministério Público.

E eu peço também, nobre presidente, que os projetos de lei dos deputados da Casa sejam colocados na pauta. Eu gostaria de fazer uma indicação – que eu já adiantei para o meu líder Sandro Régis – de um projeto importantíssimo que temos aqui na

Casa, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que é a elevação da Comarca do município de Serrinha para entrância final. Esse é um projeto de lei bastante técnico, porque foi muito debatido no âmbito do Tribunal de Justiça. A Comarca do município de Serrinha tem todos os requisitos para a elevação da sua estatura para entrância final e tem servidores qualificados, juízes que estão lá muito dispostos e preparados para que Serrinha passe a ser uma comarca de entrância final.

Mas é isso. Acho que o poder do nosso Parlamento está nesse debate, no respeito às ideias. Respeito muito o líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que, claro, faz a sua função para agilizar a deliberação e a votação dos quatro projetos apresentados pelo governador Rui Costa que estão na pauta.

Existem, assim como o projeto da Sudic, projetos que a Bancada da Oposição votará a favor, mas nós da Bancada da Oposição nunca podemos deixar de discutir os problemas da Bahia. Desde o meu primeiro mandato, que se iniciou no ano de 2015, uma coisa que me incomodou demais realmente foi a falta do debate no Plenário. E agora, por conta dessa pandemia, estou no gabinete, mas tem vários colegas nossos que estão em suas casas, que estão em outros lugares. Nós temos um quórum fantástico nesta sessão, de quase 60 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, todo mundo nos ouvindo, prestando atenção aos pronunciamentos. Por conta dessa pandemia, aqui virou o nosso Plenário. Aqui virou, realmente, o lugar dos debates.

Então, fica aqui a minha contribuição. Agradeço, presidente, mais uma vez, a sua disposição e a disposição dos funcionários desta Casa que, com muita dedicação e trabalho, fazem essas sessões virtuais. E faço votos também de que as nossas comissões temáticas da Casa voltem a funcionar, a minha, a Comissão de Finanças, a CCJ, que é fundamental, e as outras comissões temáticas da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria, o líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Robinson Almeida, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Boa tarde, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Boa tarde, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Eu quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pelo trabalho da Assembleia durante esse período de pandemia. Sou testemunha do seu esforço, da sua determinação para agilizar toda a votação dos projetos que dizem respeito ao enfrentamento dessa grave crise sanitária no Brasil. E, realmente, a Assembleia teve um papel muito importante, muito colaborativo para que a gente pudesse diminuir as consequências na saúde e na vida dos baianos.

Então, em nome de todos os deputados, quero parabenizar a sua liderança e atuação nesse momento de grande dificuldade que vive o nosso povo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Gostaria também de cumprimentar os novos deputados que vieram compor a nova legislatura, com os quais não tive a oportunidade de falar oficialmente nesse período do legislativo. Quero desejar boa sorte ao deputado Angelo Almeida, do PSB, a quem já parabenizei pessoalmente; ao meu amigo Carlos Geilson, do Podemos, quero desejar-lhe sorte e sucesso na sua atuação parlamentar; e também ao novato Josafá Marinho, que não conheço pessoalmente, mas quero desejar sucesso. Certamente teremos boas tratativas sobre a condução da Casa com a vossa colaboração.

Tampouco posso deixar de registrar, saudar e desejar muito sucesso aos dois colegas que se elegeram prefeitos: Jânio Natal, na belíssima Porto Seguro, e Zé Cocá, na minha terra natal, Jequié. Inclusive, encontrei-o hoje e falei: “Cuide bem da minha cidade, onde eu nasci, onde o meu umbigo está enterrado. Porque, para mim, é uma alegria que a população de Jequié tenha confiado em você, um homem de bem, muito capaz, e que certamente vai conduzir os destinos daquela cidade de forma muito competente nos próximos 4 anos.”

E quero já desejar boas-vindas aos novos colegas: Bira Corôa, esse companheiro de muitas décadas dentro do PT, valoroso militante de várias causas sociais, com destaque para o combate ao racismo, uma das suas bandeiras principais. Certamente, a Assembleia vai ganhar muito com sua atuação. E o Pastor Ubaldino, que vem reforçar – os dois vêm – a Bancada da Maioria.

Mas, Sr. Presidente, eu não posso deixar de falar da grave crise sanitária que o país vive e do dilema que todos os brasileiros estão assistindo de forma perplexa, que é a decisão do governo federal em relação à escolha da vacina ou das vacinas para imunizar a nossa população. Eu não consigo admitir que vários países, dentre os quais eu destaco a Rússia, a China e a Inglaterra, já reuniram os comitês técnicos dos seus órgãos de regulamentação de vigilância sanitária, já fizeram a avaliação das vacinas disponíveis no mercado e fizeram a devida regulamentação, liberando-as para que sejam utilizadas pelos seus respectivos governos para vacinar suas populações.

E aqui no Brasil, infelizmente, nós ainda não temos nenhuma vacina regulamentada pela Anvisa. E fica parecendo que é uma questão política, ideológica do presidente da República, que faz campanha contra a vacina chinesa sem ter nenhuma sustentação técnica para difamar essa vacina. E, além disso, mantém disputas políticas com os governos dos estados que já firmaram protocolos de intenção em contratar vacinas de diversos fabricantes. Não é uma coisa localizada porque tem a vacina da Pfizer, tem a Sputnik, da Rússia, tem a vacina chinesa.

O mercado, felizmente, a ciência, a produção científica produziu rapidamente respostas a esse grande desafio que era a produção da vacina.

E aqui, no Brasil, nós assistimos, de forma perplexa, a essa morosidade, a essa tentativa de retardar o credenciamento das vacinas e, conseqüentemente, retardar o processo de imunização da população.

O STF, inclusive... no último domingo, o ministro Lewandowski determinou que em 48 horas fosse anexado ao plano de vacinação enviado pelo Ministério da Saúde o prazo do início e do término da vacinação, porque o documento que foi apresentado, insuficiente, com várias lacunas, não cobria toda a necessidade de vacinação da população em todo o território.

Então, creio que essa seja uma questão central. E eu falo isso porque nós vivemos uma segunda onda. O Brasil já registra mais de 182 mil mortos devido a essa terrível pandemia. Todo dia estão morrendo, no Brasil, mais de 600 pessoas. E a resposta mais consequente a ser dada para resolver essa grave crise sanitária é a imunização da população. E o governo federal fica protelando as decisões que devem ser tomadas exclusivamente pela Anvisa para poder liberar a contratação dessas vacinas.

Portanto, eu quero parabenizar o governador Rui Costa que, não só no primeiro momento, desde que iniciou a pandemia, virou um líder nacional de enfrentamento a esse momento difícil. Aqui, na Bahia, reuniu todos os prefeitos e, sob sua liderança, a Bahia ostenta indicadores que, na média, são acima da média nacional. São melhores do que em vários outros estados porque teve um gestor da crise, teve alguém com a empatia necessária para se colocar do lado do outro e tomar as providências que o seu cargo impõe que sejam tomadas.

Então, o governador Rui Costa liderou o prefeito de Salvador e todos os prefeitos do interior do estado numa parceria, numa harmonia para que as medidas fossem combinadas, contratando milhares de leitos clínicos e leitos de UTI e enfrentando o momento mais crítico da crise, que se deu no início de agosto.

Depois de uma leve queda do nível de contaminação, houve as medidas de distensionamento. Nós vivemos o período eleitoral e agora convivemos com a segunda onda.

E nós assistimos novamente ao governador, com muita responsabilidade, liderar esse momento, tomar as providências; mandou reinstalar as UTIs que foram desativadas, inclusive ampliando no Hospital Espanhol, que vai virar um centro estadual de recebimento de pacientes da Covid; ampliando o número de leitos de UTI não só na capital como no interior do estado, em Porto Seguro, Juazeiro, Vitória da Conquista; equipamentos que foram inaugurados este ano. Eu destaco o Hospital Clériston Andrade 2, da minha querida Feira de Santana, que tem leitos de UTI para aumentar a capacidade de atendimento não só para essa cidade como para todo o interior do estado, especialmente os municípios do Portal do Sertão; a parceria com os prefeitos, especialmente para suprir com equipamentos, como respiradores, as unidades que têm dificuldades.

E, além disso, a sua liderança educativa, pedagógica, recomendando que não se faça aglomeração, impedindo festas de grande porte que possam ser comemoradas publicamente no final do ano, agora, como Natal e Réveillon, porque o momento não permite, e fazendo todo o alerta sobre os riscos que todos nós corremos e sobre as medidas de proteção individual, como o uso de máscaras e o uso do álcool em gel.

Então, quero, aqui, destacar a liderança diferenciada do governador Rui Costa e todas as providências que foram tomadas nesse período e que continuam muito atuais,

porque é previsto um janeiro de muita dificuldade para todo o povo brasileiro. E nós só temos que pedir, fazer ecoar a voz que nós ouvimos em todos os cantos, em todas as ruas, em todos os locais, que é: “Libera a vacina, Bolsonaro!”

Enquanto a vacina não for liberada pela Anvisa, o Brasil está no fim da fila na imunização do nosso povo, o que vai trazer consequências econômicas relevantes para o Brasil, que já vive as dificuldades de uma recessão. Vários países vão exigir, no seu protocolo para entrar e para sair dessas nações, que os passageiros, os visitantes, seja a negócio, seja a turismo, apresentem o comprovante de vacinação. Então, o país vai sofrer as consequências desse retardamento, dessa demora, por motivação políticoideológica do presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, também quero comentar rapidamente o resultado eleitoral, porque eu vi aí muita gente se arvorando a que na Bahia já tem uma nova onda, que a oposição já é a favorita para ganhar as eleições de 2022. Eu ouvi essa mesma cantilena em 2016, quando a oposição ganhou, de forma inédita, pela primeira vez em Vitória da Conquista, Camaçari, Simões Filho, assim como manteve Salvador, com a vitória em primeiro turno, e manteve Feira de Santana, com a vitória em primeiro turno.

Saíram comemorando que em 2018 seria o ano de fazer uma virada na Bahia e retirar o governo sobre a direção do PT, que tem uma ampla base aliada com o PP, PSD, PCdoB, PSB, PDT, PL e Avante e demais partidos que compõem esse projeto vitorioso que transforma a Bahia há 14 anos.

E o que aconteceu em 2018, 2 anos depois? Essa mesma oposição que cantava vitória em 2016 não teve condições de apresentar sequer um candidato competitivo, porque o prefeito de Salvador, é bom lembrar, fugiu da disputa, “arregou” e passou a bola, passou o bastão para o então prefeito de Feira de Santana, Zé Ronaldo, que foi, ali, como se diz no ditado popular, segurar a alça do caixão. E teve uma derrota acachapante, obtendo menos de 30% dos votos, o que trouxe, infelizmente, consequência para vários colegas aqui, na Assembleia, que não puderam se reeleger porque a oposição teve uma votação diminuída por conta da performance do seu candidato a governador.

Então, eu pego esse exemplo para dizer que não há uma relação de causa e efeito das eleições municipais com as eleições estaduais. As eleições estaduais têm muito mais influência do projeto nacional, da disputa nacional do que das disputas municipais. É como se organizam os blocos de poder, as alternativas apresentadas ao país nos palanques que elas precisam construir nas diversas regiões, nos diversos estados para sustentar o projeto nacional.

Então, faltam 2 anos. É muito tempo ainda para a onça beber água e tem muita gente comemorando de forma apressada.

Eu acredito que o que vence eleição é o trabalho e essa é a marca do nosso grupo, essa é a marca do governador Rui Costa, que tem feito transformações muito profundas na estrutura econômica do nosso estado, na estrutura social, na logística.

Agora, nós assistimos à assinatura do contrato para a construção da ponte Salvador-Itaparica, uma obra que vai repercutir em várias dezenas de anos na economia baiana, especialmente no Território do Recôncavo, no Baixo Sul e no Sul do estado.

Nós estamos vendo, agora, o início da construção do Porto Sul. Com a retomada da Ferrovia Oeste-Leste, é outra obra que vai reconfigurar o desenvolvimento em toda aquela região do estado, do Oeste até o Sul, passando pela Serra Geral. Uma obra de grande porte que vai desafogar o porto de Salvador, o porto de Aratu, e vai criar um caminho, uma rota do desenvolvimento da Bahia também para as próximas décadas.

É um governador que não negligencia as intervenções de grande porte na saúde e na infraestrutura, sendo o estado que mais investe em saúde no Brasil, com a construção de vários hospitais, de unidades de saúde,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) inaugurações uma atrás da outra. E, agora, já está prontinho o novo hospital metropolitano, uma obra de investimento de R\$ 170 milhões, sediado em Lauro de Freitas, que vai atender a toda a população da Bahia, particularmente aos municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador.

Então, é esse trabalho que é reconhecido pelo povo da Bahia, que coloca o governador Rui Costa entre os governadores mais bem avaliados do Brasil, que o coloca e o projeta também como pré-candidato a presidente, que vai ser avaliado em 2022 se a Bahia está no caminho certo, se a Bahia está no rumo certo, se a Bahia cresce, se desenvolve, protege e cuida dos baianos ou se a Bahia vai voltar ao atraso, a Bahia vai voltar ao tempo das ambulâncias, porque não havia hospitais no interior do estado, a Bahia vai voltar ao tempo em que você não tinha estradas em condições de trafegabilidade, a Bahia vai voltar ao tempo em que nem democracia...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) nós tínhamos aqui, porque os poderes eram controlados por uma única pessoa, uma única liderança. É isso que a população vai avaliar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: E eu não tenho dúvida nenhuma de que o nosso projeto comunitário dessa base ampla que compõe, hoje, a sustentação do governador, sob a sua liderança e sob, certamente, o apoio e a aprovação do povo baiano, vai conquistar mais um período para continuar transformando a Bahia.

Então, eu aviso a todos que estão apressados, todos que soltam foguete antes da hora que é bom esperar a onça beber água e vamos ver quem tem farinha no saco.

Eu sei que a oposição está a quatro derrotas consecutivas, todas elas em um turno único, não teve nem a condição de levar o seu candidato para o 2º turno nas últimas eleições, que anseia voltar a governar,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) fazer a disputa, mas confio plenamente em mais uma vitória do nosso grupo, presidente Nelson Leal.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ordem do Dia.

Com a palavra o deputado Paulo Câmara, por até 20 minutos.

Deputado Paulo Câmara.

O Sr. Paulo Câmara: Pronto! Está firme aí?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Firme.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, presidente.

Eu ouvi nosso amigo Robinson falar aí da atuação política do governo do estado. É claro que ele tem que fazer, cumprir o seu papel, até como membro da base petista que é.

Mas eu me lembro do meu querido amigo Robinson com aquele *outdoor* bonito: “Fora previdência! Contra o golpe de Temer! Contra o golpe de Bolsonaro!” E não vi meu amigo Robinson na votação da previdência do governo Rui Costa gritar: “Fora a previdência de Rui!” Não entendi aquilo.

Mas compreendo, eu sei que, efetivamente, base é base, tem que estar na alegria e na tristeza. Mas esse, efetivamente, é o PT. É a forma do PT fazer política no Brasil.

E como foi mostrado, agora, claramente, no país todo, nenhuma capital, nenhuma capital quis o PT, nenhuma capital. E aqui não foi diferente. Parafraseando mais uma vez, que disse que em 2016 a Oposição já cantava vitória, eu me lembro de ver 10 dias antes a Bancada do Governo, do governador Rui Costa cantando vitória com relação a Feira de Santana e Vitória da Conquista.

Meu querido Zé Raimundo, nada contra V. Ex.^a. V. Ex.^a é uma pessoa do coração, tenho orgulho de ser seu vice-presidente na CCJ, mas lá a gente ganhou, e ganhou de lavada. Em Feira de Santana, Zé Neto já estava com a farda, já estava com o paletó de prefeito, e acordou deputado federal.

A Bahia já começou a dizer não. Esse é um sinal claro. Nós estamos em rota, quer seja por desgaste natural, 16 anos de governo, que, na minha opinião, foram desastrosos... Outros gostam, assim é a democracia, assim temos que respeitar. Se vocês estão aí há 16 anos é porque a população entendeu que era bem. Eu nunca entendi, mas paciência. Vocês estão no poder, mandando há 16 anos, com a Bahia com os piores índices possíveis.

Na educação, nem se fala, é um desastre a educação. Se você for ver os índices do Ideb, são os piores possíveis.

A economia, nem se fala!

Volta-se a falar agora da ponte Salvador/Itaparica, que começou em 13 de março de 2010, com a então presidenta Dilma. Em 13 de março de 2010! Então, 10 anos depois lá vem edital, lá vem assinatura. Agora, a ponte vai, agora os chineses vão fazer. Enquanto isso não começar efetivamente, ficar só em papel, ficar só em discussão, e com essa economia mundial fervilhando do jeito que está, a gente não sabe o que acontece amanhã.

Nós estamos vivendo um momento ímpar no mundo, porque estamos vivendo praticamente aprisionados. As economias mundiais passarão por um enorme sacrifício em 2021. Isso não vai ser diferente!

Já cantar vitória, que na ponte Salvador/Itaparica foi assinado um contrato, que ela ainda tem 1 ano para fazer o projeto, depois mais 1 ano para se iniciar a obra, pelo amor de Deus! Quando começar a fincar o pilar, quando começar a construir e ela for inaugurada, aí eu posso dizer: foi iniciada no governo Rui Costa. Mas, enquanto isso, para mim, é mais do que especulação, é mais uma reunião para colocar notícias positivas na imprensa.

Aí, eu tenho que parabenizar, o governo em matéria de comunicação é imbatível. Parabéns ao secretário André Curvello. Esse é um craque mesmo! Esse faz a diferença na gestão do governo Rui Costa, porque ele consegue fazer essa maquiagem, essa amplitude, pegar uma coisinha pequena e transformar numa coisa macro. É questão de competência. E a gente tem que parabenizar Sidônio também, que está por trás de tudo isso.

Mas, fora isso, se você for para o papel, na ponta do lápis, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus! A Bahia envergonha a todos nós em todos os cenários, em todos os critérios, em todos os sentidos. A Bahia não está sendo exemplo para nada.

Recentemente estava lá: nocaute federal, sequer poderia pedir um empréstimo.

Então, são só notícias negativas que envergonham a gente.

A Bahia é a vitrine do Nordeste, ou foi a vitrine do Nordeste. E hoje faz uma maquiagem para dizer que a Bahia é porta de entrada. Que porta de entrada nada!

O sistema de transporte da Bahia, um desastre. Se a gente for para a estrada, cadê aqueles 7 mil quilômetros que foram pavimentados? Desde a época que o hoje deputado federal Adolfo Viana era deputado estadual que ele cobrava. Entrou até com uma ação na Justiça. Eu só vejo asfalto passar de um lado para o outro.

Vai ali a Maiquinique, no município de Maiquinique... porque o governador só anda de helicóptero. Ele não tem coragem de andar naquela estrada Macarani a Maiquinique. Ele não tem coragem porque o carro não vai conseguir, vai furar o pneu e a comitiva vai passar vergonha. Mas andar de helicóptero, aí ele é campeão, ele aí sobrevoa.

Então, não dá para falar em governo do PT se você não tem atitude. Você tem pequenos pontos de reconstrução e faz, assim, um estardalhaço.

Então, meu querido amigo deputado Robinson, com todo respeito, admiração e amizade que tenho a V. Ex.^a, eu discordo plenamente dessa sua posição, e tenho certeza, sim, que a Oposição está na trilha certa, no caminho certo. O que acontece é que vocês estão vendo de maneira muito clara a presença já convincente do nosso pré-candidato a governador ACM Neto. Isso deve estar dando uma tremedeira em vocês horrorosa, porque sabem que agora o jogo vai ser para valer. Acabou! E a gente vai voltar.

Assim é a democracia, a gente vai virando a página. Já deu PT, chega de PT, vamos agora dar oportunidade ao outro, e o outro vai ser nosso grupo.

Nós temos o melhor prefeito do Brasil por oito vezes consecutivas, é o prefeito ACM Neto. Fez o prefeito Bruno Reis com 64% de aprovação, o segundo maior do país, perdendo só para Macapá. Deu esse exemplo de gestão. Salvador hoje é orgulho, é vitrine para o Brasil. As pessoas quando querem aprender a administrar vêm para Salvador, vem olhar o que está sendo feito aqui para levar para os seus estados, suas capitais. Enfim, aqui é a porta de entrada.

Esse grupo aqui é o grupo do trabalho, é o grupo da competência administrativa. E a gente, sim, não tenho a menor dúvida, engrenou, está com muita tranquilidade, com muita serenidade, com norte, com rumo e sabe o que quer. Agora, em 2020 já foi passada a régua, as principais prefeituras agora já sob nova administração, com novo comando, dando sequência aqueles que foram reeleitos. Vocês sabem, é o princípio da decadência.

Nós já passamos por isso, ou não passamos? Nós fizemos o dever de casa em 2006. Vínhamos no desgaste de 20 anos de mandato, e agora são vocês, amigo. É a vida como ela é, não adianta chorar. É preparar a mala, começar a arrumar a mala e, ó, vai rapar, não tem jeito, porque nós vamos estar aqui firmes, fortes. Espero que nós possamos retornar se assim nós formos candidatos de novo.

Vejo aqui minha queridíssima amiga Maria del Carmen, uma vereadora, essa tem identidade com Salvador, da Conder. Prazer grande estar lhe vendo aqui. Saudade de estar ao seu lado, minha amiga, na ALBA. Você realmente faz a diferença nesta Casa pelo seu equilíbrio, pela sua competência, acima de tudo pelo seu conhecimento técnico.

Mas nós estamos aqui vivendo esse momento de discussão, de trabalho. Nós estamos agora na pauta do PL 23.976, que é o Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da Sudic, que foi liderado na base da Oposição pelo nosso deputado Tiago Correia, tão competente, que fez as intervenções necessárias que o governo não queria, atualização que amplia a competência, que é importante. E a gente vai votar a favor. Por que não votar a favor? Por que a gente é Oposição?

Vocês se lembram, porque foram vereadores da base – vereadora Fabíola, minha amiga, um beijo grande para você. Vereadora Maria del Carmen. E falando em vereador, tem o vereador Alan Sanches, vereador David Rios, vereador Tiago Correia – como era a Oposição na Câmara Municipal. O PT e o PCdoB não abriam mão, tinham que discutir. Pelo contrário, mesmo sabendo que o projeto era bom, marcavam a posição de votar contra.

Aliás, essa é a linha da esquerda. Essa é a linha da esquerda aqui, no Brasil, e não seria diferente na Bahia. Nós, que somos oposição responsável aqui, não, nós reconhecemos, nós obstruímos, nós complementamos o projeto para melhorar tecnicamente, e vamos votar a favor sem nenhum problema.

Votar no projeto do Executivo não é vergonha para mim, não é demérito para mim. Pelo contrário, a contribuição que a Bancada da Oposição faz engrandece e enaltece o governo. Tenho certeza disso. Essa é a nossa posição: trabalhar pela população.

Nós não estamos aqui para fazer esse discurso de oba-oba que muitos gostam de fazer. Gostam de fazer aquelas cartilhas, gostam de botar em *outdoor*, gostam de fazer para *Facebook*, de ir para *Instagram*. Só que na hora que é para comer sal, farinha e pimenta, que o governador chama à responsabilidade todos os senhores, como foi na reforma da previdência, todos estão entupidos.

Não teve um, um da Base do Governo que tivesse coragem de subir para defender ou para criticar. Estavam constrangidos, envergonhados. Teve gente que estava por debaixo da mesa, que tinha vergonha de sair. Eu não, eu estava com altivez, estava ali com coerência, e me orgulhei de ter votado naquele projeto. Porque se eu fui a favor em 2017, 2018 e 2019 não seria contra o governador Rui Costa. Jamais, mesmo não concordando com a maioria das coisas que ele faz.

Acho que quando um projeto é bom para o estado tenho a obrigação e o dever. Eu não posso olhar a cor partidária, não posso olhar bandeira de partido, eu tenho que olhar a situação do nosso estado. Rui Costa passa, outros governadores virão.

E era importante naquele momento dizer sim à reforma, quando muitos deputados do governo do PT ficaram envergonhados. E outros até fugiram! Teve gente que saiu correndo, sumiu, desapareceu. Eu fui ameaçado de morte, Alan entrou para defender, o pau quebrou lá! E a gente está aqui de cabeça erguida, tranquilo.

Cobrar os respiradores, qual o problema disso? Por que me criticaram tanto? Não podia falar! Por que não pode falar dos R\$ 100 milhões? Qual o deputado que me convence aqui, neste Plenário, agora remoto, que a Bahia acertou em pagar R\$ 100 milhões, de maneira irresponsável, quando a própria PGE informa no seu relatório que o que o governador assinou não foi o que ela encaminhou?

Então, tem gente aí que está misturando as coisas. Cadê essa pessoa que misturou as coisas? Quem foi que não acatou o parecer da PGE e modificou o parecer para o governador assinar? É problema de quem? Do governo do Estado da Bahia. São R\$ 100 milhões pelo ralo. Tem gente comemorando em Minas Gerais, tem gente que recebeu R\$ 13 milhões de comissão! E a população da Bahia pagando o preço, porque não tem respirador. E “babau”, esse dinheiro não vai retornar nunca, acabou.

Agora, têm que ser responsabilizados. Todos aqueles servidores, da mais baixa patente até a mais alta patente, têm que ser responsabilizados, independentemente de quem seja. Essa é a nossa obrigação.

Esta Casa, Sr. Presidente, precisa também levantar a voz com relação a isso. Eu sei que V. Ex.^a é o presidente da instituição, mas é preciso ter esse colegiado para cobrar explicação. A gente não pode ser um anexo, como sempre foi. A Casa tem que ter altivez!

Quando eu era presidente da Câmara, nós convidamos o secretário Mauro Ricardo, que era do meu partido, para prestar esclarecimentos, a pedido da Oposição, do PT, com relação à reforma tributária. Ele foi convocado. Eu nunca vi um secretário de Estado se prestar... a não ser quando vai falar da ponte Salvador-Itaparica. Aí vem o alto escalão. Passou Salvador-Itaparica, não vem ninguém, como se nós fôssemos a reboque. Eu não. Se a base do governo é, eu não.

Então, sempre cobre essa posição nesta Casa. O que custa um secretário prestar esclarecimentos ou trazer informação para nós, da Base da Oposição ou da Base do Governo? Eu não vejo essa atitude desta Casa. Esta Casa precisa se posicionar com relação a isso.

Não dá para ser assim. Nós somos parceiros, nós estamos ao lado do governo do estado quando for necessário, mas queremos esclarecimentos e explicações. Não dá para colocar uma pauta dessa e deixar sobrestar: “Ah, não! Vamos deixar do jeito que quer, vamos lá atropelar.” Não é assim, não é assim. Isso nos envergonha, isso nos apequena. Nós sairemos menores do que entramos se tivermos essa conduta. E precisamos melhorar a nossa conduta.

Aliás, falar de político e política aí fora... a gente sabe o que é a nossa imagem. E precisamos dela, só depende da gente.

Custa trazer o secretário para prestar esclarecimentos, fazer uma audiência pública, debater, como nós fizemos com Fábio naquele dia, na votação daquele projeto da Bahiafarma? Ele entrou, nós não votamos. Chamamos ele à responsabilidade. Foi feita uma reunião virtual, eu, deputado Sandro Régis, deputado Tiago, deputado Aleluia, com o secretário Fábio, que esclareceu tudo, não ficaram dúvidas, e votamos.

Agora, não é botar na imprensa um projeto, testa o Plenário e aprova. Não!

Aí, não. Eu discordo completamente desse tipo de atitude.

Então, Sr. Presidente, nós estamos aqui para dizer que iremos votar esse Projeto nº 23.976/2020. Acho que é um projeto que atende a todos os setores, principalmente agora, incluindo a Fecomércio, a CNI.

Parabenizar o deputado Eduardo Salles, que lidera essa frente junto ao deputado Tiago Correia, que tão bem vem conduzindo essa frente do setor da proatividade do nosso estado, que vem, efetivamente, contribuindo, discutindo, aperfeiçoando.

E o que a gente quer é isso. Bons projetos como esse terão sempre o nosso apoio, sempre a nossa disposição para votar, agora, sem nunca abrir mão de discutir, principalmente quando – colocou tão bem o líder nesta sessão, deputado Alan Sanches, e, ontem, o líder Sandro Régis – o governo não cumpre a sua palavra.

O governo do estado da Bahia não cumpre nada que assume, essa é a verdade. É por isso que estamos aqui, trabalhando em prol de que quando a palavra é dada ela tem que ser cumprida. E se o governo não honra a sua palavra, não tem credibilidade e ele perde o respeito, pelo menos da minha parte.

Então, parabéns ao líder Sandro Régis pela condução de ontem.

Hoje nós, deputado Alan Sanches, estaremos aqui, Sr. Presidente, no momento oportuno para dizer sim a esse projeto depois que esgotarem todos os tempos de discussão, e assim que V. Ex.^a colocar em votação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Josafá Marinho.

(Pausa)

Deputado Josafá Marinho.

(Pausa)

Deputado Josafá, o áudio de V. Ex.^a está fechado.

O Sr. Josafá Marinho: Olá, presidente, me ouve?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ouço, ouço bem.

O Sr. JOSAFÁ MARINHO: Pronto.

Quero agradecer pela oportunidade de falar novamente e dizer a esta Casa, principalmente ao presidente Nelson Leal, nosso amigo, que hoje tive a grata surpresa de tratar de alguns assuntos importantes da Bahia. E um desses assuntos se refere à estrada que liga a sede de Mata de São João ao litoral de Mata de São João. Sai mais ou menos próximo a Imbassahy.

Estava hoje dando uma entrevista na *Rádio Sauípe*. E eu estava fazendo algumas indagações ao povo na rádio hoje, e as pessoas também me questionando. Hoje ficou bem claro que aquela estrada pertence ao governo estadual.

De pronto, aqui eu vou já deixar claro que nós vamos fazer a indicação para que o governo olhe com carinho para aquela estrada, que liga... Às vezes, chega ao ponto de carros ficarem atolados. Eu tive a oportunidade, inclusive, de passar por essa estrada num carro 4x4, mas com muita dificuldade, com muita dificuldade. E é preciso que, neste momento, o governo olhe com muito carinho para Mata de São João.

Sei que talvez por uma questão política... o prefeito eleito, hoje, é João Gualberto, que é da oposição ao governo. Mas nós vamos estar...

Eu voto em Mata de São João, voto, mais precisamente, em Imbassahy, por ter domicílio eleitoral lá, em Imbassahy. E Mata de São João é o meu domicílio. A gente trata com muito carinho aquela região.

Conversando hoje, lá na diplomação, com o atual prefeito e com o futuro prefeito, João Gualberto, há algumas proposições que nós podemos fazer para Mata de São João. Claro que, nessas circunstâncias pelas quais nós estamos passando, sei que não é fácil, tenho toda a compreensão.

E hoje eu tive também a grata oportunidade de estar com o secretário da Serin, secretário de Relações Institucionais do governo estadual, nosso amigo Jonival Lucas, que eu conheço há muitos anos. Ele prontamente nos atendeu. Fui recebido hoje na secretaria justamente para tratar dessa situação, dessa dificuldade que nós estamos enfrentando.

Quero parabenizar, aqui, pelo trabalho brilhante, de forma bem colocada, bem posicionada, ao nosso líder Sandro e ao nosso amigo Alan. Deputado, V. Ex.^a tem feito um trabalho de construir, de construir. Acredito que, neste momento, um trabalho de construção para que a Bahia possa ter um desenvolvimento melhor parte de um bom diálogo. E também o líder da Situação, nosso amigo Rosemberg.

Dizer que, com certeza, quando se trata de questões da Bahia, que a gente possa solicitar do governo, que a gente possa fazer – vai ter muitas indicações, nós vamos trabalhar com muitos projetos –, que a gente possa ser atendido, que a gente possa ser ouvido, principalmente a classe pesqueira na Bahia.

Hoje, os pescadores e as marisqueiras do estado da Bahia têm uma grande deficiência em termos de atendimento do governo.

E pela ligação, pela amizade que construímos já há alguns anos com o próprio governador, por ter tido a oportunidade de participar junto com o governador...

Quando ele foi da Casa Civil, quando ele foi do Comitê da Seca, presidente do Comitê da Seca aqui, na Bahia, eu tive a oportunidade de andar junto com ele, em várias reuniões por todo o Semiárido baiano. Por sinal, fez um bom trabalho. A gente, junto com o DNOCS, dando aquele posicionamento.

Que ele também tenha esse olhar diferenciado para essa classe, não só para aqueles que precisam, que necessitam da água em si, mas também para aqueles que produzem o peixe: a pesca artesanal, o pescador, a marisqueira, os povos tradicionais. Hoje, nós temos uma grande costa em que a gente pode desenvolver um trabalho. Ontem, o presidente Bolsonaro assinou um decreto que libera parques aquíferos para que sejam administrados pelos governos estaduais. Acredito em um bom diálogo, uma boa conversa para que a gente possa trazer para a Bahia economia, renda que possa ser distribuída para esses pescadores, para essas marisqueiras, algo que se possa implementar e incluí-los em políticas públicas na Bahia.

De pronto, aqui, eu já analisei alguns projetos que falam sobre a pesca na Bahia, e nós temos algumas indicações. Acredito que nós temos como contribuir com o governo. Analisando, ainda, pelo Bloco da Oposição, nosso líder Sandro Régis, a gente pode chegar a tratar de alguns assuntos que vão beneficiar o povo como um todo. Nós vamos fazer um trabalho sempre voltado para o bem dessa população mais carente, principalmente os pescadores.

Também registrar uma indicação que nós fizemos junto à Embasa... na verdade é uma indicação ao governador da Bahia. Já tratamos com o presidente da Embasa, Dr. Rogério, sobre aquela água que nunca chega a Jânio Quadros.

Eu sou de Presidente Jânio Quadros, nasci e me criei lá, a minha família mora lá. Hoje, nós consumimos uma água, e não pode isso, que se dá apenas para animais, não para uma população, para um povo, para um ser humano. Hoje, as pessoas bebem e têm problemas de saúde lá. As pessoas bebem água misturada, água salobra, porque lá, como é cristalino, os poços artesianos geralmente têm água salgada, como se diz lá, no interior, água salobra, como é chamada no interior. E a população reclama muito disso.

Como nós somos de lá, como filho de Jânio Quadros, como filho desse município, reivindicamos isso, solicitamos agora. Fizemos uma solicitação ao governo para que trate isso com carinho.

Tive uma boa notícia do presidente da Embasa quando ele nos falou que já existe um orçamento para o projeto que vai levar água de Anagé, da Barragem de Anagé, para Maetinga, que fica mais próxima de Jânio Quadros.

Então, graças a Deus, tivemos essa boa notícia, uma cobrança nossa.

Hoje, na Serin, também cobreí ao secretário que fizesse esse esforço, para que essa água chegue até Jânio Quadros, porque nós não podemos mais conviver com essa realidade.

A gente chega a Jânio Quadros, em qualquer lugar, a gente vai tomar um banho e a água não espuma mais, porque é mais água salobra do que água doce. Tem que se comprar água mineral para beber. E muitos que não podem comprar água mineral têm que beber a água da chuva. E a água da chuva também pode, pelo tempo que fica armazenada, contrair bactérias e isso gera, inclusive, várias doenças.

Então, nós não podemos mais aceitar esse tipo de situação aqui, no estado da Bahia.

Tivemos a notícia, junto à Embasa, de que o projeto será licitado, esse projeto prometido há muito tempo. Foi feito um estudo. Mas precisamos, de forma veemente, fazer essa cobrança junto ao governo: que priorize essa canalização, essa adutora que ligará Anagé a Maetinga. Porque, chegando a Maetinga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, ficará a apenas 18 quilômetros de Jânio Quadros. Na verdade, 22 quilômetros de Maetinga a Jânio Quadros. Aí já existe uma adutora.

Então, o que é que está acontecendo? Assim que licitar essa obra, e isso só vai acontecer durante 2021... Acredito que a obra começará no início de 2022. Daqui até lá nós temos que criar uma alternativa. Nós temos que criar uma alternativa para que as pessoas, para que a população da minha cidade de Jânio Quadros possa receber água saudável, água tratada, e não mais misturada.

Eu tive a notícia, também da Embasa, de que essa água vai chegar, agora, com maior amplitude, pelo menos em quantidade. Vai ampliar a vazão da adutora. Pelo menos vai chegar a Jânio Quadros com pouco déficit. Tomara que isso aconteça, porque a população de lá já não aguenta mais ficar sem água. Cai em um lugar, não cai em outro, enfim. Há pessoas que têm que contratar carro-pipa.

Então, isso a gente não pode deixar mais acontecer.

E nós tivemos a oportunidade de perfurar vários poços artesianos, ainda quando estava no DNOCS. Hoje, a zona rural de Jânio Quadros está quase toda interligada com água, porque nós conseguimos contribuir para isso com os poços, com adutoras, com sistemas de água que nós levamos para 70%, 80% das residências da zona rural. Mas a população da sede ainda sofre muito com a falta d'água. Os poços faltam, a vazão cai, uma hora vai faltar.

Então, nós temos que ter, hoje, esse cuidado, essa atenção. Acredito que, com certeza, nós vamos contar com o apoio desta Casa, com o apoio dos deputados da Oposição, da Situação para, junto comigo e junto com a população, na verdade, que a gente aqui representa... a gente está com uma missão aqui, o nosso mandato aqui é uma missão que Deus nos dá.

Então, nós tratamos isso de forma digna para a população. Por isso, com certeza, eu gostaria de contar com todo apoio. E quero me colocar à disposição para que a gente

possa fazer junto um trabalho, principalmente com os pescadores, com as marisqueiras, gerando política pública.

Nós vamos apresentar vários projetos, agora, ao governo para que a gente possa implementar políticas públicas como cursos profissionalizantes, também cursos técnicos, que possam aperfeiçoar o tratamento do peixe, gerando emprego e renda para os municípios que produzem o peixe.

Nós não podemos mais admitir que a Bahia, com a maior costa do Brasil, com a densidade de água de grandes açudes, possa ficar fora do contexto da economia, principalmente, do pescado.

Nós já temos grandes exemplos, hoje, no Brasil, de criação, na Bahia também, a exemplo de Glória, a exemplo de Paulo Afonso, criação de tilápia. Sobradinho, hoje, já possui um grande criatório. Mas nós precisamos regularizar isso, muitos estão trabalhando de forma clandestina, nós temos que regularizar. Com essa implementação do decreto assinado pelo governo federal podemos ampliar essa situação. Podemos ampliar... Inclusive, uma boa notícia é que aquele que demarcar a lâmina d'água vai poder fazer um trabalho consistente nessa situação.

Portanto, não tenho dúvidas de que nós vamos contar com o governo, nós vamos contar com a Oposição para tratar sobre essa situação.

A respeito do que a gente está colocando aqui, na Casa, eu quero deixar minha posição bem clara, que nós não estamos contra o povo, não estamos a favor de nenhuma situação que vá desagradar a quem seja. Nós vamos nos posicionar a favor da população, a favor do povo da Bahia.

Acredito que, com tudo isso que nós estamos passando, com este momento em que a gente ora a Deus, pede a Deus para que nos dê o livramento dessa enfermidade, com certeza, a gente, hoje, tem a maior preocupação.

Hoje, agora, estou sem máscara, porque estou distante de todo mundo aqui, dentro do gabinete, falando de forma mais clara, porque a máscara não permite que a gente fale de forma tranquila. Então, eu peço a todo mundo aqui para dar licença, para a gente falar. Então, até isso nos causa um certo constrangimento, uma certa apreensão. Mas dizer que estaremos firmes, estaremos aqui, na Casa, para contribuir.

Chegamos aqui da forma que muitos já conhecem. Tenho a grata satisfação de ter aqui vários colegas que participaram com a gente lá no DNOCS, parceiros na época, a exemplo do nosso amigo Marcelino Galo, Eduardo Salles – com o próprio Robinson tivemos a oportunidade, sim, de estarmos juntos em alguns momentos, mesmo muito rapidamente –, Rosenberg, muitos deputados.

E não se falando da nossa base, eu tenho vários aqui. Não vou citar mais nomes para não cometer injustiça.

Deputada Fátima Nunes, que era uma guerreira na época, também excoordenadora do DNOCS, tivemos a oportunidade de conversar muito sobre o seu reduto lá.

Também nossos amigos Pedrinho Tavares, Sandro Régis, Alan, Eduardo. Enfim, vários e vários aqui que não vou citar os nomes.

Mas também registrar algo aqui que eu gostaria de tratar com vocês, deixar registrado aqui, na Casa: é que a gente sente uma certa dificuldade quando trata com algumas secretarias. Eu disse isso hoje ao secretário de Relações Institucionais, nosso amigo Jonival Lucas. Às vezes, existem alguns momentos em que a gente precisa de algo que é normal, dentro de um procedimento de um governo, e que a gente precisa que as pessoas sejam atendidas.

Mas, como eu tenho pouco tempo aqui, há apenas 40 dias que tomei posse, me enturmando e aprendendo com vocês, aprendendo com V. Ex.^{as}, aprendendo a lidar com o dia a dia – meu jeito simples, humilde sempre de ser, não mudo, minha forma é essa –, eu creio que vamos construir um relacionamento com o nosso Bloco aqui, um relacionamento que já estamos construindo, o próprio PSC, esse líder combativo, além de ser firme nos seus posicionamentos, que é o Alden, o Prisco, a Talita, os outros deputados que compõem o Bloco, que têm essa participação, que contribuem para o debate, que contribuem para o enriquecimento da Casa, do Parlamento.

Eu acredito em um grande Parlamento, eu acredito que vamos chegar a alguns consensos. Claro, dentro de uma discussão em é necessário que se fale, é necessário que se coloque aqui o nosso posicionamento. E, como vocês já me conhecem, conhecem meu jeito calmo, tranquilo de ser, com certeza estaremos abertos a ouvir, claro, todos, mas dentro de um posicionamento em que temos que tratar para que o governo possa também ter essa participação conosco, essa participação com o povo da Bahia, e acreditamos construir isso com todos os deputados.

Agradecer aqui a oportunidade, o espaço, não só ao líder do nosso Bloco, ao líder do Bloco da Oposição, nosso amigo Sandro Régis, também ao nosso amigo Alan, mas também a oportunidade de ser líder do Bloco Patriota, PSL e PSC, estamos nessa batalha, estaremos juntos, firmes, fortes com a graça de Deus, com a proteção do nosso Espírito Santo, que é quem conduz a nossa vida.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui finalizar o parabenizando também pela condução dos trabalhos, não é fácil conduzir trabalho por videoconferência, eu sei da paciência de V. Ex.^a, eu tenho o prazer de lhe conhecer há muitos anos. Há muito tempo, andamos juntos, caminhamos juntos por essa Bahia afora e sei da sua compreensão. Por isso, peço aqui, de repente até mesmo a compreensão de todos, estamos chegando agora e precisamos conhecer mais a Casa e já estamos aprendendo com V. Ex.^{as} o desfecho e o andamento dos debates. Que Deus abençoe aí o trabalho e a continuidade dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço-lhe, meu prezado amigo, deputado Josafá Marinho, já caminhamos muito por esta Bahia, rodamos muito aquele Vale do Paramirim, Oeste, e vamos continuar caminhando com fé em Deus. Que Deus lhe ilumine bastante, que você possa ficar muitos anos nesta Casa, espero que venha para ficar. Boa sorte e continue sendo essa figura extraordinária que você é. Grande abraço!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Hilton Coelho. Deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Estou aqui, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde a todos e todas. Esta sessão é de fato importante neste novo momento. Momento pelo qual a gente passou por um processo eleitoral e, ao mesmo tempo é um momento também muito significativo para o enfrentamento da pandemia.

Então eu queria fazer antes essa preliminar, Sr. Presidente. Como nós estamos, de fato, numa situação do ponto de vista do nosso país, que é uma situação fronteiriça. Hoje são mais de 700 mortos pela pandemia em todo o país, nós já chegamos a um número ainda trágico, mas de dígito muito menor, de menos de 200 mortos ao dia no nosso país. E a gente volta a perceber aquele mapa todo vermelho da crescente da pandemia, praticamente todo o Brasil e com esse número inequívoco em relação à evolução da pandemia que é essa escalada, é como eu disse, num patamar que já chegou a menos de 300 mortos para mais de 700 mortos. São 700 famílias que choram não ter mais aquele ente querido ao seu lado dividindo a mesa, dividindo o seu cotidiano. Enfim, é um sofrimento sem fim dos povos do mundo, mas especialmente do Brasil, que vê tantas possibilidades de enfrentamento dessa pandemia se derramarem por entre os dedos. Essa é a realidade com esse governo federal que está aí, que é sobretudo o governo, como nós já dissemos, um governo genocida.

O comportamento do ministro da saúde, é realmente... o discurso do ministro é extremamente contraditório, um discurso que coloca o preço das vacinas como algo central a ser avaliado para se adquirir ou não, é um discurso que não se encontra com a realidade na medida em que o ministro fala que um dos condicionantes para se adquirir ou não a quantidade de vacinas, seria o nível da demanda. Ora, o próprio governo diz que só vai conseguir fazer a vacinação de metade da população brasileira no ano de 2021, como é que o governo pode colocar a demanda como pré-requisito a ser respondido em relação a uma determinada vacina, em relação à possibilidade de determinada vacina ser adquirida ou não pelo país?

O quesito preço, como eu disse aqui, e tem um governo que fala em prazo médio da Anvisa de 60 dias para a liberação da vacina quando a legislação define o prazo máximo de 60 dias. É um descaso absoluto com a vida da população. Então nós precisamos, enquanto autoridade pública neste país, nós precisamos nos posicionar, é preciso ter um grande coro contra essa situação de tragédia cotidiana para que nós tenhamos de fato um rumo neste país que seja a perspectiva do enfrentamento da pandemia, que não tem outro caminho senão o caminho da vacina.

Nós temos dito que esse governo é um governo que coloca para o Brasil uma questão sanitária, a saída de Bolsonaro e Mourão é uma questão sanitária do nosso país, reafirmamos aqui o “Fora Bolsonaro/Mourão”. E na administração dessa crise todas as autoridades precisam ter um posicionamento muito firme, é preciso gritar pela vida neste país todos os dias para que esse governo seja acuado e tenha minimamente um

posicionamento que responda às demandas do nosso povo que é uma demanda de vida ou morte. Então, nós não poderemos deixar de fazer aqui o nosso registro.

O escândalo em relação à situação dos especialistas que foram colocados na resposta que o governo deu ao STF, em relação à perspectiva de um plano de vacinação, também é outro sinal inequívoco de que esse governo é um governo da fraude, um governo do descompromisso, um governo da mentira e é, sem dúvida, um governo que só quer de fato garantir a venda do nosso país. E não tem nenhum compromisso com a vida do nosso povo. Por isso, eu queria, mais uma vez, finalizar aqui dizendo em alto e bom som “Fora Bolsonaro/Mourão” por um posicionamento firme das autoridades e dos movimentos sociais para que a gente ponha fim a esse projeto de morte que o Brasil pegou desde o início do governo Bolsonaro/Mourão.

Mas, Sr. Presidente, não poderíamos também deixar de nos pronunciar sobre essa situação escandalosa em relação à Operação Faroeste no nosso estado. E quero aqui, além de engrossar a gravidade da situação, o secretário Maurício Barbosa foi colocado no inquérito judicial como alguém com um papel central na perseguição aos adversários e na viabilização da ação do esquema bilionário que se fez em relação às terras do Oeste baiano. Alguém que foi afastado por um ano e acaba sendo exonerado, com a chefe do seu gabinete também, como alguém que teria envolvimento direto no processo de perseguição àqueles que pudessem resistir à implementação desse esquema, como eu disse, bilionário no Oeste baiano.

Agora, a oposição aqui ao governo falou muito sobre essa situação, diversos deputados fizeram referência a essa que de fato é uma situação extremamente grave no estado da Bahia, mas pouco se falou do objeto em si, falam muito da fraude. Mas o que é que está em jogo em relação a esse esquema que foi montado na Operação Faroeste? O que está em jogo é o privilégio do esquema da grilagem das grandes empresas do agronegócio, que se estabeleceram no Oeste baiano e especialmente com a implementação do chamado Matopiba. Que é essa articulação do consórcio entre diversos estados para viabilizar a ação do agronegócio naquela região. Que é uma ação via grandes empresas internacionais, um esquema letal do ponto de vista dos interesses da grande maioria da população da localidade. Mas, do ponto de vista ambiental englobando, mas extrapolando, portanto, os interesses ali específicos da região.

Vamos lembrar que esse esquema corrupto, esse esquema voltado, ancorado numa perspectiva de uso da violência, da fraude como um método banalizado por um grupo, por uma verdadeira quadrilha, que se estabeleceu para fazer as negociatas em relação ao território do Oeste baiano, ele tinha o fim de garantir os interesses dessas grandes empresas transnacionais. Empresas que, inclusive, administravam fundos de pensão e aposentadoria de professores norte-americanos, fundos bilionários, que colocaram à disposição desse esquema vultuosas quantias, para viabilizar uma situação em que, primeiro, a agressão pela questão dos agrotóxicos impõe intoxicação do ar, do solo e do subsolo, comprometendo os aquíferos da região e especialmente se considerarmos que o São Francisco é uma espécie de tanque, não é? É um tanque de água do Cerrado, não se trata apenas do território, que é imenso e vem sendo sacrificado por esse grande esquema, mas significa uma contaminação que põe em risco a

qualidade da água para toda a região do Cerrado, sendo o São Francisco, inclusive, um rio que vai para além das fronteiras da Bahia, como todos nós sabemos.

Então, é, de fato, uma questão fundamental da vida do nosso estado e que demonstra um esquema de profissionalização que subordina o principal representante da Segurança Pública do estado aos ditames, às orientações de uma quadrilha. É algo muito grave que revela como esse esquema do agronegócio se espalha e garante os seus interesses no Oeste baiano. Interesses que passam por cima das chamadas comunidades tradicionais, as comunidades de fundo e fecho de pasto, as comunidades ribeirinhas. Enfim, um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras rurais que baseiam a sua ação na agricultura familiar, na perspectiva de afirmação da agrofloresta, por exemplo, em detrimento, em confronto direto com essa perspectiva do agronegócio. É, portanto, fundamental repensar o próprio modelo de desenvolvimento que se estabeleceu naquela região, que só conseguiu se implantar – está evidente agora – através da fraude, da corrupção, de um esquema armado, ancorado pela própria Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, vem à tona essa situação escandalosa que precisa ser discutida. Se trata de roubo, um roubo generalizado de terras públicas. Quem acompanhou a ação do governo em relação aos conflitos de terra no estado da Bahia, agora, por exemplo, nós estamos acompanhando a perspectiva de funcionamento do governo em relação às famílias que estão sem teto da região da cidade de Santo Antônio de Jesus. Na quinta-feira, nós vamos ter lá um processo de mobilização das famílias, lutando para garantir o mínimo de posse das terras para que suas moradias sejam respeitadas, e o governo não se coloca presente de maneira firme para fazer uma negociação em relação às terras devolutas para essas famílias, mais de uma centena de famílias que precisam morar na cidade de Santo Antônio.

Mas, na região do Oeste da Bahia, ancorando todos esses crimes ambientais e da economia popular, o governo se coloca de maneira cúmplice, ou melhor, o governo é parte ativa de um grande esquema de fraude e de corrupção que faz com que as terras, que são terras públicas, sejam abocanhadas pelo esquema do agronegócio.

Nada disso foi falado aqui pela Oposição de direita, obviamente, porque ela tem uma relação direta com esses setores do agronegócio. Então, não se trata de discutir a questão apenas do ponto de vista da corrupção, que é fundamental que seja discutida, é preciso vir à luz esse esquema – como eu disse – criminoso, corrupto que envolve o próprio secretário de Segurança Pública do nosso estado, mas isso precisa ir lá na raiz do problema. A que esse esquema estava servindo? E nisso essa Oposição não quer tocar, porque tal qual as posições do governo desde anos, uma data memorável, hoje, está atrelada também com esses interesses do esquema do agronegócio. Não só do agronegócio, mas com os esquemas também da mineração.

Então, nós precisamos colocar a questão no lugar que ela deve ser posta. Não é apenas uma ação isolada de um secretário, da sua diretora, da sua chefe, da sua diretora imediata, não é apenas um esquema formado no Judiciário, no Executivo e no Ministério Público. Também, nos surpreendeu e nos causa uma angústia muito grande perceber que, no inquérito policial da Polícia Federal, é citada a cúpula do Ministério

Público. Isso para nós é extremamente grave, mas, por mais que isso pareça algo, e é algo volumoso do ponto de vista institucional, nós precisamos entender a que essa máquina de corrupção institucional estava a serviço. Estava a serviço dos esquemas do agronegócio, que estão sendo enfrentados pelo nosso povo na região do Oeste baiano, de maneira tão aguerrida.

Vamos lembrar, aqui, as grandes mobilizações de Correntina, vamos lembrar que muitas lideranças que se contrapuseram a esse esquema de grilagem, de fraude e de corrupção, hoje, são perseguidos políticos na região do Oeste baiano. Tudo isso precisa vir à tona na ação do poder público, porque o nosso povo precisa de terra para trabalhar, para plantar, é preciso ter um estímulo, uma indução a uma atividade econômica que distribua renda e riqueza e que seja, ao mesmo tempo, uma atividade econômica amparada na perspectiva de preservação do meio ambiente.

Por isso que nós, do Partido Socialismo e Liberdade, a nossa militância está envolvida com um processo de resistência a esses esquemas de grilagem, via movimento social, via organização da sociedade civil. Desde muito, nós estamos envolvidos com essa luta e ansiamos que todos esses elementos venham à tona, para que esse grande esquema, que tem um correspondente institucional, que tem um senhor na vida econômica e social da região do Oeste baiano, tudo isso seja desvelado para sociedade baiana, e que se aponte outra perspectiva para o Oeste baiano, que não seja essa perspectiva da escravidão em relação aos esquemas das empresas transnacionais do agronegócio.

E por fim, Sr. Presidente, nós não poderemos deixar de fazer referência também a esse caso, à política de segurança, que vem sendo desenvolvida no estado da Bahia, não é? Há mais de uma década que o Sr. Maurício Barbosa está à frente da Secretaria de Segurança Pública e à frente, portanto, de uma política de extermínio da população negra. Então, como deixar de ecoar a voz da população, por exemplo, do Nordeste de Amaralina que tem tido as suas casas invadidas pela polícia, as pessoas, as mães e pais de famílias sendo afrontados por ação policial, que tem uma trajetória de agressividade brutal em relação ao nosso povo. Jovens negros que estão sendo eliminados, exterminados no bairro, por exemplo, do Nordeste de Amaralina, e tudo isso faz parte de uma política de Segurança Pública que foi desenhada por esse secretário de Segurança Pública também, que tem nele um sujeito fundamental, com a perspectiva da chamada guerra ao tráfico no estado da Bahia.

Na verdade, não é uma guerra ao tráfico, não é uma guerra ao HSBC, não é uma guerra aos grandes esquemas que são montados de lavagem de dinheiro do tráfico, às grandes empresas que estão por trás desses esquemas. É uma guerra declarada... Tampouco é uma guerra a um objeto, a uma matéria, que são as drogas, é uma guerra contra o povo negro, a população que está nos bairros populares, sem alternativa de trabalho, de renda, desprezada pelo poder público, que não induz à atividade econômica de maneira inclusiva, que acaba encontrando, de alguma forma, uma perspectiva de rentabilidade nesse tipo de atividade econômica ilegal, que é o tráfico de drogas, e que é, dessa forma, demonizada no nosso país. Na Bahia não é diferente e para toda a população que vive nessas comunidades, que mesmo não tendo uma relação direta com

o tráfico de drogas, também é vítima da ação brutal do Estado brasileiro e, no caso, dessa política de Segurança Pública que sempre foi feita pelo secretário Maurício Barbosa.

Então, está na hora de fazer o acerto de contas em relação a duas dimensões fundamentais da vida da Bahia, uma dimensão fundamental produtiva, que é a agricultura, que é o nosso campo que precisa ter um projeto baseado na agrofloresta, e não no esquema das grandes empresas transnacionais, poluidoras e concentradoras de renda e riqueza. Por outro lado, é um acerto de contas em relação a essa política de Segurança Pública.

O número de mortes que nós temos da nossa juventude negra, na Bahia, não é uma consequência, ainda que seja também fruto de um desenvolvimento de referências culturais dos corpos policiais, ele é fruto de uma política de Segurança Pública, como foi demonstrado pelo estudo feito pela Defensoria Pública, na oportunidade, utilizando os dados das chamadas audiências de custódia. Tudo isso está nas costas desse projeto que tem como principal referência o Sr. Maurício Barbosa, que agora cai em função dessas acusações, dessas evidências de participação numa verdadeira quadrilha no campo da Segurança Pública, que envolve diretamente a questão fundiária também no estado da Bahia. Esses temas precisam vir à tona nesta Casa, Sr. Presidente, porque são temas muito caros.

Por fim, eu queria registrar também aqui o nosso posicionamento em relação ao projeto. Ao nosso ver, é preciso, de fato, fazer uma discussão sobre a situação dos parques industriais da nossa Bahia, dos centros industriais da nossa Bahia. É preciso fazer isso à luz de um debate sobre desenvolvimento regional. E, aqui, eu quero fazer um *link* com um elemento que está posto no projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton, para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Só para concluir, Sr. Presidente.

Que esse componente de relação direta dos centros com os municípios pode ser uma porta de entrada para o privilégio desse debate sobre a questão do desenvolvimento regional, que é algo que nós, do Psol, temos falado pelos quatro cantos da Bahia. Fizemos isso na disputa eleitoral na cidade de Salvador na medida em que afirmávamos a perspectiva de Salvador como uma liderança... (Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton, V. Ex^a está sem microfone. Não fomos nós que... Pronto, abriu.

O Sr. HILTON COELHO: O.k. Foi reativado agora.

Então, só para concluir esse raciocínio, Sr. Presidente. Para nós, Salvador, por exemplo, é metropolitana e é Recôncavo também. Então, esse debate sobre os centros industriais precisa estar linkado, portanto, com essa discussão sobre desenvolvimento regional e eu espero que esse seja o início de uma sinalização do governo para que esse debate se desenvolva aqui também no nosso estado, e a nossa Casa precisa fazer o seu papel. Portanto, o voto do Psol será um voto a favor do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu agradeço, deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Concluí, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o próximo orador, deputado José de Arimateia. Som para o deputado José de Arimateia. (Pausa) Deputado José de Arimateia. Tem que abrir o microfone, deputado. (Pausa) Deputado José de Arimateia. (Pausa) Deputado José de Arimateia. (Pausa) Nós não estamos conseguindo contato com o deputado José de Arimateia. (Pausa) Olha, eu não estou conseguindo entrar em contato com o deputado José de Arimateia. Deputado José de Arimateia. (Pausa)

Olha, como eu não estou conseguindo falar com o deputado José de Arimateia, encerrada a discussão. Encerrada a discussão.

Para encaminhar...

O Sr. Soldado Prisco: Eu gostaria de discutir, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Prisco, V. Ex.^a encaminhou ontem. V. Ex.^a discutiu o projeto ontem. V. Ex.^a está aqui pedindo, V. Ex.^a quer discutir, seria isso?

O Sr. Soldado Prisco: Isso, eu quero discutir, presidente. É um direito os 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, discutir V. Ex.^a discutiu ontem.

Esta sessão é uma continuidade da de ontem.

O Sr. Soldado Prisco: Ah, sim, sim, sei.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a pode encaminhar.

O Sr. Soldado Prisco: Pronto. Eu quero encaminhar o voto, presidente, do PSC.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a tem 5 minutos para encaminhar. Eu queria que quem for encaminhar entre em contato aqui conosco. As inscrições estão abertas para os deputados que queiram, no caso, encaminhar.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, eu vi aqui, logo antes até da abertura da sessão, alguns deputados questionaram aqui essa questão contra o secretário, parecia até ser uma questão pessoal, e ontem o próprio deputado Rosemberg me disse que deveríamos ser mais humanos e pensar. O deputado Rosemberg sabe do respeito que tenho por ele e pelos demais aqui.

É o seguinte, presidente, quando a minha família, inclusive os meus filhos de 7 anos de idade e 10 anos de idade, em 2014, passaram pelo que passaram, todo aquele sofrimento, toda aquela humilhação, foram 30 policiais armados, apontando a arma para a cara do meu filho, e cortou o nosso momento de lazer que a nossa família teria, aquela humilhação toda, aquela pirotecnia toda, foi esse mesmo secretário de segurança quem preparou toda aquela cena, toda aquela cena dantesca.

Eu não guardo nada no meu coração, não, presidente, mas a prova de Deus está aí agora, na realidade dos fatos. Então, Rosemberg, Alex Lima e demais deputados, se vocês tivessem noção, realmente, do que aconteceu, em 2014, o que ele me fez passar, porque não é um papel de homem, não, isso é um papel de vagabundo, de um marginal,

o que ele me fez passar... Porque, se ele fosse homem, realmente, o próprio governador dele à época, o Jaques Wagner, se tivesse uma atitude de homem me ligaria e diria: “Olhe, tem uma prisão decretada para você.” E eu me apresentaria, porque eu sou homem, uma coisa que eu nunca fui na minha vida foi moleque e ele teve uma atitude de moleque. Não por mim, eu já estou acostumado com essas guerras, com essas batalhas, mas por fazer duas crianças terem passado... Em momento algum ele pensou naqueles seres humanos.

E está aqui a prova, está aqui! Não sou eu que estou dizendo, não! Inclusive, interceptação telefônica, deputado Alex Lima. V. Ex.^a falou que o Ministério Público pode errar, pode errar, mas a interceptação telefônica é um grampo no qual ele é especialista, e ele caiu nela. A desembargadora Sandra Inês, numa escuta legal decretada pela Justiça, relata, está na imprensa hoje: (lê) “O secretário Maurício Teles Barbosa, ...” – são palavras dela, não são palavras de Prisco, não – (lê) “ele é um marginal!” Palavras da desembargadora, entendeu? Está aqui também nas matérias à disposição do Ministério Público Federal, Superior Tribunal de Justiça, descrevendo cada parte criminosa dessa organização criminosa e como chega nele. (Lê) “Maurício Teles Barbosa exerceria, segundo o MPF, papel central na garantia da impunidade dos diversos núcleos criminosos. Conforme acima exposto, ele teria demonstrado a sua periculosidade social.” Um criminoso que demonstrava a sua periculosidade social. Não é Prisco, não, para não ficar dizendo... Isso aqui está escrito na denúncia do Ministério Público Federal, transcrita pelo Superior Tribunal de Justiça. Está aqui descrevendo quem é ele: (lê) “(...) periculosidade social na condução do cargo, quando da deflagração da Operação *Fake News* pela SSP/BA, em julho de 2019, cuja finalidade escusa consistiria em neutralizar os opositores do esquema criminoso liderado por Adailton Maturino dos Santos. A gravidade da atuação de Gabriela Caldas Rosa de Macedo como chefe de gabinete teria sido demonstrada pela identificação de sua vinculação a diversos investigados. Justamente no período que margeavam o cumprimento das medidas judiciais sigilosas na Operação *Faroeste*.” Está aqui, Dr.^a Gabriela.

Eu espero que o governador do estado abra um PAD como faz com a maioria dos servidores quando tem apenas uma suspeita, porque aqui o Ministério Público tem provas, quero ver qual vai ser o destino dela na secretaria. E tem o Sr. Rogério Magno, que é o chefe da Inteligência do estado, que não foi afastado, continua como chefe. O Estado, o governador e todo mundo parece que esquece das coisas, não é? Teve busca e apreensão na casa dele, em 2017, ele é casado com uma juíza federal e mesmo assim teve busca e apreensão, e é citado aqui. E agora, para a nossa surpresa, ele é mantido no cargo também, para você ver como toda essa lama e essa corrupção estão sendo ventiladas e vai ter muito mais, não tenha dúvida nenhuma disso. E não é o deputado Prisco que está falando está aqui nas provas, eu estou falando como esta Casa deveria falar, esta Casa deveria cobrar do governador do estado, que foi citado aí pelo deputado Robinson que está fazendo um excelente governo. O que está acontecendo na Bahia? Uma organização criminosa aqui no estado dele.

Então, presidente, eu quero deixar a minha fala em relação ao projeto, ontem eu pedi vista e votarei favorável, conforme a orientação da minha própria bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o próximo orador inscrito, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida: Pois não, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, nós vamos terminar de votar o Projeto nº 23.976 e logo depois iniciaremos o 24.001. Como nós ainda temos quase 1 hora de sessão, mas aqui tem o requerimento do deputado Rosemberg, eu quero colocar logo em apreciação para que a gente não corra o risco do que teve na sessão passada.

(Lê) *“Ilm.º Presidente, requeiro nos termos do Art. 89, Parágrafo Único, do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos para apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.”*

Em votação. Os Srs. Parlamentares que...

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Sandro Régis. Um momento deputado Sandro Régis. Pode abrir, deputado Sandro Régis. Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a minha questão de ordem é que eu quero pedir uma verificação de quórum de votação desse requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós vamos marcar....

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg, que está pedindo ali. Deputado Rosemberg, eu já vou marcar os 25 minutos regimentais, então V. Ex.^a pode ficar tranquilo.

Nós vamos proceder como das outras vezes: eu vou abrir o microfone de todo mundo, vou solicitando e cada deputado vai respondendo a sua presença. Eu tenho que... O deputado Sandro Régis tinha me pedido ontem, e eu tenho de proceder assim.

Abram o microfone de todo mundo.

Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Sempre presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Alan Sanches: Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan Castro. (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.) Deputado Alan Sanches.

Deputado Alex da Piatã.

O Sr. Alex da Piatã: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. Alex da Piatã: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alex Lima. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Bobô, deputado Bobô, deputado Bobô. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Capitão Alden. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Carlos Geilson. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Dal. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado David Rios. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Diego Coronel.

O Sr. Diego Coronel: Estou aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Eduardo Alencar, deputado Eduardo Alencar. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Fabíola Mansur. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Fabrício Falcão. (Pausa)

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Fátima Nunes Lula. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton Coelho. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jacó:

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente. Presente, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jânio Natal. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado José de Arimateia. (Pausa)

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registre a minha presença, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Júnior Muniz. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jurailton Santos. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jurandy Oliveira. Deputado Jurandy, é o som, deputado. Deputado Jurandy.

O Sr. Jurandy Oliveira: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto, deputado Jurandy.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Jusmari Oliveira. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Kátia Oliveira. (Pausa)

O Sr. Jurailton Santos: Presidente, registre a minha presença aí, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Repita aí quem falou?

Deputado Jurailton, presente.

O Sr. Fabrício Falcão: Presidente, o deputado Fabrício está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente, Sr. Presidente. Estou gritando aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Marcelo Veiga.

O Sr. Marcelinho Veiga: Presente, presidente. Presente. Marcelo Veiga, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Maria del Carmen. Maria del Carmen. Deputada Maria del Carmen.

Deputada Fátima Nunes, tem que registrar no som, deputada, no som. Maria del Carmen, também, libere o som, por favor. Maria del Carmen.

Deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Mirela Macedo.

A Sr.^a Mirela Macedo: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Niltinho, deputado Niltinho. Tem que abrir o microfone, deputado Niltinho. Deputado Niltinho, não estou escutando V. Ex.^a.

Deputada Olivia Santana.

O Sr. Niltinho: Presente, presidente. Presente, presidente, me ouve? Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Olivia, deputada Olivia.

A Sr.^a Olivia Santana: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado.

Deputado Osni Cardoso, deputado Osni Cardoso.

Deputado Pastor Isidório Filho.

O Sr. Pastor Isidório Filho: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Paulo Câmara.

O Sr. Paulo Câmara: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente deputado Paulo Câmara.

Deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Pedro Tavares.

Deputado Roberto Carlos. (Pausa)

Deputado Robinho. (Pausa)

Deputado Robinson Almeida Lula, deputado Robinson Almeida Lula. Deputado, libere o som, deputado. Libere o som. Libere seu som, por favor. Libera no seu celular, deputado, libera no seu celular. Mande um comando aí, por favor. Robinson, aí, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Agora que permitiram que eu liberasse, presidente. Eu estou presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Rapaz, querem matá-lo.

Deputado Rogério Andrade Filho. Rogério Andrade Filho está no *chat*.

Deputado Rosemberg Pinto. Rosemberg Pinto está voltando. Samuel Junior, Samuel Junior. (Pausa) Sandro Régis está presente, eu vi a questão.

Soldado Prisco. (Pausa) Talita Oliveira. (Pausa)

Tiago Correia. (Pausa)

Tom Araujo. (Pausa)

Deputado Tum, deputado Tum. (Pausa)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Rosemberg está presente, viu?

A Sr.^a Ivana Bastos: Ivana Bastos também.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ivana Bastos já marcamos, também.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Osni está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Osni não. Não respondeu. Osni, deputado Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Estou presente, sim, é porque estava fechado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto, deputado Osni presente.

Deputado Vitor Bonfim. (Pausa)

Deputado Zé Cocá, deputado Zé Cocá. (Pausa)

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Presente, deputado presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Fátima presente. Fátima Nunes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Júnior Muniz entrou, aí.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Cadê o deputado? Zé Cocá, Zé Raimundo e Zó.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Temos 31 deputados. Vamos fazer a lista dos que não estavam ou caíram por algum fator.

Deputado Adolfo Menezes, deputado Adolfo Menezes. Cadê o deputado Adolfo? Abre o som aí do deputado Adolfo. Está aberto aí, deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes: Agora me desbloquearam. Estou presente, presidente. O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É Ernâni que o está perseguindo.

O Sr. Adolfo Menezes: Estou vendo aí que Ernâni está me bloqueando. Viu, Ernâni? (Risos) Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há 32 deputados. Portanto, há número legal para votarmos.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado com os votos da Oposição aqui presente.

Então, agora, nós iremos continuar o voto de encaminhamento.

(Interferência na conexão)

Desculpe, deputado Angelo. Volto a palavra com o deputado Angelo Almeida. V. Ex.^a pode falar por 5 minutos. Lembrando que líderes têm direito a 10 e quem não fala como líder tem direito a 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Angelo Almeida por 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA: Presidente, acompanhando atentamente a sessão, levantei um pouco para ir ao banheiro lavar o rosto para poder fazer essa estreia, aqui, neste momento importante da vida política desta Casa. Quero saudar todos os companheiros, colegas da Assembleia, tendo a oportunidade, aqui, de me pronunciar neste primeiro momento; todos que já tive a oportunidade de ser companheiro, de caminhar na legislatura passada e, agora, com os novos, saudando todos. Como falou o nosso amigo Carlos Geilson, não era esperado, para mim, estar aqui ainda no ano de 2020. Mas, infelizmente, com o problema acontecido no Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, a gente assumiu, agora no período eleitoral, e esta é a nossa primeira presença aqui.

Quero aqui dizer que nós estamos acompanhando, neste primeiro momento, um momento que me parece assim um pouco tenso, e eu esperava que fosse diferente. Estamos no final do ano, projetos importantes de interesse da comunidade e do povo da Bahia em pauta para serem votados; o período natalino, praticamente já chegamos nele. Hoje, tive oportunidade de almoçar na rua, num shopping da cidade, e ali senti... A gente que está ainda se cuidando e tomando muito cuidado com aglomeração – mas tive necessidade de almoçar hoje no shopping –, a gente percebe que as pessoas já estão praticamente vivendo esse período.

E vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados e deputadas, que há uma estratégia da Bancada da Oposição, que é natural que ela esteja acontecendo, mas nos preocupa. O deputado Eduardo Salles foi muito feliz quando citou aí que esses projetos que estão aguardando a votação por nós, membros desta Casa, são projetos de extrema importância para o cotidiano do estado da Bahia, para os municípios, para empresas. A questão da Covid, por mais que os deputados tenham se referido ao caso de já terem pago o valor que se referia ao projeto, mas nós temos uma questão fiscal que também é preciso ser pensada e respeitada.

Portanto, espero que a gente possa ter oportunidade de, muito bem conduzidos pelo presidente e pelos nossos líderes da Bancada da Maioria e da Minoria, que a gente possa ter oportunidade de evoluir, evoluir para que a gente tenha a possibilidade de fazer chegar essas ações necessárias à condução.

Sr. Presidente, quero aqui fazer uma citação que acho pertinente, sobretudo para mim, pela minha felicidade de ter encontrado nesta Casa o nosso querido amigo Ernâni

Romeo, que lhe assessora tão bem neste momento. Fiquei esse tempo todo aí, 2 anos na Casa, e coincidentemente, quando entrei aqui para acompanhar o processo da votação virtual por conta dessa pandemia, eis que descubro que Ernâni Romeo é filho do queridíssimo Ernâni Romeo, irmão de Rosalvo Barbosa Romeo, irmão de Dr. Carlos Barbosa Romeo – coincidentemente, e a vida nos aproxima também por aqui, Carlos Barbosa Romeu é avô da minha esposa, com quem sou casado há 36 anos.

Portanto, Ernâni, quero aqui, publicamente, saudar essa aproximação. Nós já nos conhecíamos há muito tempo, e eu não sabia que Ernâni trabalhava na Assembleia. E é esse técnico o responsável por levar a tecnologia e a oportunidade para que possamos nos reunir aqui e fazer a Assembleia caminhar e votar os projetos de interesse da Bahia através da Assembleia virtual.

Sr. Presidente, eu concludo, então, aqui as minhas palavras nesta primeira apresentação, foi a oportunidade que eu tive, dizendo que estamos aqui abertos ao diálogo sempre e constante, com o firme objetivo de fazer com que a Bahia caminhe para frente.

Acredito que a Oposição, cumprindo o seu papel, vem meio que tocando um tambor fora de hora, cantando vitória. Nós tivemos aí uma ampla vitória da Base do Governo, avassaladora, no estado da Bahia inteiro; em Feira de Santana, tivemos resultado extraordinário, foram quase 140 mil votos, depois de 20 anos de um governo que está cansado, e o povo sinalizou isso.

Infelizmente, o mapeamento, meu querido amigo, companheiro Carlos Geilson, o mapeamento feito, no primeiro turno, em Feira de Santana, por aquela máquina poderosa, que é a prefeitura, tão, eu diria, assim, brutalmente manipulada da forma que foi manipulada no segundo turno, fez com que o resultado virasse. Mas não foi uma vitória política, não foi uma vitória política, foi apenas e simplesmente uma vitória eleitoral. O povo de Feira continua tendo vontade de mudança e foi uma eleição que eu quero concluir dizendo: foi uma eleição lamentável.

Sr. Presidente, para quem não esteve em Feira de Santana acompanhando, Sr. Presidente, iniciaram o programa eleitoral acusando ambulantes da cidade e professores de serem milicianos. O que vimos em Feira foi uma eleição sendo concluída no segundo turno com a verdadeira milícia armada trabalhando na sexta, no sábado e domingo a favor do atual prefeito de Feira de Santana.

Uma boa-noite a todos. Vamos à votação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado, deputado. Agradeço as palavras elogiosas a Ernâni, esse bravo companheiro que está aqui desde o primeiro momento, está aqui comemorando, pulando. De vez em quando, o microfone fica aí com dificuldade de abrir, mas sempre com o intuito e a vontade de acertar e ajudar.

Estendo os agradecimentos do deputado Angelo Almeida, a todos que estão aqui nos ajudando a fazer a sessão virtual, ajudar sempre para que a Assembleia da Bahia não pare.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Alan Sanches. Deputado Alan, V. Ex.^a vai falar como líder ou vice líder?

O Sr. ALAN SANCHES: Eu falarei como o deputado Alan Sanches, encaminharei como vice-líder.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tem 5 minutos para V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Me ouve bem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bem, bem, muito bem.

Está com a voz quase tão agradável quanto a de Carlos Geilson. Cuidado, viu Geilson? Porque lá, com essa voz, ele pode tomar seu programa. Brincadeira à parte, viu gente? Só para descontrair um pouco.

O Sr. ALAN SANCHES: Tudo bem, deputado presidente Nelson. O senhor vai contar meu tempo a partir de agora, meus 7 minutos, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): São 5 minutos, 5, 5.

O Sr. ALAN SANCHES: Certo, tudo bem.

Colegas, deputados, na verdade, eu queria, mais uma vez, dar um abraço no deputado Angelo Almeida, que eu não tive essa oportunidade, ele é merecedor, ele é merecedor por tudo que fez no mandato passado e está retornando a esta Casa justamente porque cumpriu esse pape. Angelo, você cumpriu, deputado, esse papel de defender muitas vezes o que não tem defesa. V. Ex.^a, da mesma forma que o deputado Robinson Almeida, consegue ou tenta conseguir ludibriar a inteligência das pessoas, inclusive da população, querendo diminuir esse brilho, deputado Robinson e deputado Angelo Almeida, esse brilho que foi a nossa vitória da Oposição nos diversos cantos da Bahia.

O governador se exasperou, ficou louco, no bom sentido, tentando ir para Vitória da Conquista ajudar esse companheiro, merecedor também, Zé Raimundo. E tentou também ajudar o nosso querido amigo Zé Neto, tentou ajudar, colocou todas as forças, quase mudou o seu gabinete para esses dois municípios. E o que foi que aconteceu? Tomou ferro, tomou ferro, Robinson, tomou ferro, meu querido amigo Angelo. Por quê? Porque a população já vem decidindo, ela está vendo como é que o governo do PT está. Esse desgaste, essa fadiga do material, gente. Ninguém vai governar a vida toda, não, deputado Angelo, deputado Robinson. Tem uma hora que o material fadiga, e é como a gente fala na ortopedia: aí quebra. Esse material quebra. São 16 anos. E começou o quê? Esse desgaste.

Está desmoronando o governo do PT, pelo desgaste natural de qualquer um que está já há 14 anos no governo. E nós mostramos, sem emendas impositivas, sem serviços de infraestrutura, sem levar essas obras que se falam ser gigantescas, que eu não vejo, eu vejo asfalto de sorrisal. E você veja que a população, majoritariamente, tem escolhido o nosso projeto, o projeto liderado por ACM Neto, porque é o melhor projeto que se coloca neste momento no estado da Bahia.

O governador Rui Costa deveria agradecer a ACM Neto porque, como líder nato que Neto é, naquele momento de dificuldades pela qual a população passava, lá atrás, no dia 16,18 de março, Neto saiu à frente e disse o seguinte: “Nós vamos suspender as

aulas, nós vamos tomar essas medidas.” E aí, à tarde, já no arvore também de tentar diminuir alguma coisa desse impacto, Neto estava tomando as decisões, ele, às 16 horas, anuncia também a suspensão das aulas. Ou seja, Rui Costa tem que agradecer os ensinamentos que Neto tem dado a ele à frente da gestão.

Hoje, se a Bahia e a nossa capital passam por um momento que não é, claro, de grandes dificuldades no enfrentamento à pandemia. Mas se foi diminuído esse impacto foi, sim, por causa de ACM Neto, com as suas atitudes lá atrás, porque líder é isso, não tem medo do enfrentamento, mesmo que sejam medidas até impopulares, mas que irão salvar vidas. Então, eu não vi esse agradecimento ainda de Angelo Almeida, eu não vi esse agradecimento ainda de Robinson Almeida, porque acho que seria justo.

Agora, voltando até ao discurso do meu amigo, me permita – viu, Angelo? – estar fazendo essa referência, até porque eu estava com saudade desse embate com V. Ex.^a. O que eu digo é o seguinte: não é papel de oposição votar projetos que o Executivo ache que sejam positivos para a população. Nós, enquanto deputados majoritariamente eleitos por essa população da Bahia, dentre os 63, temos que analisar, sim, verificar, sim, e votar conforme a consciência de cada um dos 63.

Então, dessa forma não existe o papel que a Oposição faz. A Oposição não, a Oposição está aqui para trabalhar, Robinson, a Oposição está aqui para defender os interesses da nossa Bahia e da população, Angelo Almeida.

Então, dessa forma, eu encaminho esse projeto, que já foi discutido desde ontem, positivamente, porque essa é a orientação do meu líder da Bancada, Sandro Régis, essa é a orientação que todos nós da Bancada, depois da discussão, acreditamos que é o melhor...para a Bahia. E, sendo assim, encaminho favoravelmente esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Sandro Régis pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, V. Ex.^a me escuta?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Escuto bem, deputado Sandro.

O Sr. SANDRO RÉGIS: V. Ex.^a está me escutando. O.k.! Obrigado.

Sr. Presidente, observei durante a sessão não só de hoje, como a sessão de ontem, alguns deputados governistas querendo pautar como a Oposição deve proceder neste Parlamento. Respeito muito o deputado Angelo, tenho uma amizade a ele, proximidade, mas o deputado Angelo foi extremamente infeliz em querer julgar como a Oposição deve proceder ou não na sua atividade parlamentar.

O deputado Angelo tem que cuidar da Bancada do PSB; da Bancada da Oposição quem cuida são os deputados da Oposição. Eu até o perdoo também, porque, como ele chegou agora, acredito que ele não sabe como a Oposição tem sido importante para a Bahia, muitas vezes aprovando os projetos em que o Governo não deu quórum, em que o Governo se ausentou do Plenário.

E sempre, deputado Angelo, que nós entendermos que o projeto é positivo, que o projeto vai beneficiar a Bahia, irá beneficiar os baianos, nós iremos votar a favor,

como votamos a Previdência e diversos outros projetos que o Governo teve dificuldade, deputado Angelo, de votar nesta Casa. Agora, não é V. Ex.^a nem ninguém que irá pautar como a nossa Bancada deve agir, como nossa Bancada deve atuar dentro de nossas consciências.

Todos os projetos oriundos do governo, nós vamos analisar. Nós vamos encaminhar para a nossa assessoria. Nós iremos fazer os nossos debates internos. E, se porventura, nós acharmos que o projeto, realmente, traz benefícios para a Bahia e para os baianos, iremos votar, sim, a exemplo desse projeto da SUDIC.

Mas não será com o constrangimento de V. Ex.^a ou de nenhum parlamentar que irá pautar como a Oposição vai atuar no Parlamento. Nós temos responsabilidade, deputado Angelo: não dizer “amém” ao governo do estado. A nossa responsabilidade é com a Bahia e com os baianos. Nós não seremos irresponsáveis de votar projetos açodados, sem saber se esse projeto é bom para o governo ou bom para a Bahia. Esse não é o nosso papel. A nossa Bancada não é do “amém”. A nossa Bancada não é a bancada que recebe telefonema e puxão de orelha e vota sem sequer saber o que está votando. O nosso chefe são os baianos. Nós temos que dar satisfação à Bahia, nós temos que dar satisfação a quem nos botou Parlamento. E é por isso que a nossa Bancada irá discutir, irá pedir vista em todos os projetos oriundos do governo, seja agora em dezembro, seja em janeiro, seja em fevereiro, seja em março. Nós não estamos pedindo aqui favor, nós não estamos usando moeda de troca, tampouco estamos jogando, nós estamos cumprindo as nossas obrigações. A nossa Bancada não é melhor, nem pior que nenhuma bancada, mas nós temos que dar satisfação à Bahia. Nós temos que dar satisfação aos baianos.

Então, não será V. Ex.^a, que eu respeito, ou qualquer deputado do Governo que vai constranger a nossa Bancada, irá mudar a forma de nosso pensamento, irá mudar a forma de como iremos trabalhar dentro do Parlamento, de como iremos agir com nossas ações, com os nossos pensamentos e com as nossas convicções.

Esse projeto, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar favoravelmente até porque é um projeto que o deputado Tiago Correia debateu exaustivamente com nossa Bancada, esteve com a Fieb, esteve com a Associação Comercial, fizemos as discussões, o deputado Geilson me ligou várias vezes para dizer da importância desse projeto para o Centro Industrial de Feira de Santana, que está abandonado pelo governo do estado, como o Centro Administrativo de Jequié, que tem buraco que engole um carro. Se eu estiver mentindo, deputado Euclides, me desminta.

Então, não será, Sr. Presidente, com discursos, com factoides que nós iremos mudar a nossa postura – nossa, que eu falo, é a da Bancada da Oposição. Nós iremos fazer o que nós temos convicção que seja bom para Bahia. Não tenho dúvida. Nós vamos votar “sim”, mas nós não vamos abrir a prerrogativa de estudar os projetos, de debater os projetos internamente em nossa Bancada, para termos a certeza, como agora, de proferir o nosso voto.

Nós não estamos aqui para agradar ninguém, nós estamos aqui para fazer o dever de nossa consciência, o dever do que nós achamos certo ou errado. Não compactuar com a Assembleia, que tem sido uma mera carimbadora do Executivo. Não foi para

isso que nós nos elegemos, não foi para isso que estou no meu quinto mandato, já sendo na Bahia o deputado mais votado deste estado. Nós temos que ter compromisso, nós temos que ter responsabilidade.

A Assembleia não é um puxadinho. A Assembleia, eu entendo, Sr. Presidente, que ela tem que ser capaz de discernir o certo e o errado, de fazer as cobranças ao Executivo quando seja necessário, e não apenas, Sr. Presidente, com a maioria de sua bancada, ser a bancada do “amém”.

Não conte com a Oposição para esse tipo de conduta. Nós faremos os gestos que nós achamos necessários e bons para a Bahia, não para o governo, não para governador e não para a Bancada do Governo, porque o nosso compromisso é com quem nos elegeu! O nosso compromisso é que nos tornou representantes da sociedade. E desta forma, Sr. Presidente, com muita responsabilidade, com muita convicção por ter debatido esse projeto internamente, dentro de nossa Bancada, por ter designado deputados para estudarem o projeto e fazer esse debate internamente, nós iremos encaminhar a Bancada da Oposição a votar “sim” em prol da Bahia, em prol dos baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado por unanimidade **em discussão única**.

PROJETO DE LEI Nº 23.976/2020

Altera a denominação do Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC, criado pelo art. 4º da Lei nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, passa a denominar-se Fundo Estadual de Desenvolvimento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços, mantendo-se a sigla FUNEDIC, com a finalidade de, em caráter complementar, prover recursos financeiros voltados às ações de administração das áreas destinadas à instalação de empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços.

Parágrafo único – O FUNEDIC será vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º – Constituem receitas do FUNEDIC:

I – as decorrentes da arrecadação da taxa prevista no item 9 do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009;

II – as decorrentes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;

III – as decorrentes de créditos consignados no Orçamento Geral do Estado e de créditos adicionais;

IV – os saldos de exercícios anteriores;

V – o produto de remuneração oriunda de aplicações financeiras com recursos do Fundo;

VI – as decorrentes de indenizações por danos ou extravios de materiais e equipamentos pertencentes ao Fundo;

VII – o produto de alienação de bens, equipamentos e materiais imprestáveis ou em desuso pertencentes ao Fundo;

VIII – as multas aplicadas por infrações legalmente previstas;

IX – outras receitas eventuais.

§ 1º – Os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos do FUNEDIC terão a mesma destinação e vinculação dos recursos originários.

§ 2º – Os recursos destinados ao FUNEDIC serão inteiramente recolhidos em conta única e específica, aberta em instituição financeira autorizada pelo Poder Executivo.

§ 3º – As receitas previstas no item “9” do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, seus respectivos saldos de exercícios anteriores e o correspondente produto de remuneração oriundo de aplicações financeiras, serão destinados ao custeio dos serviços prestados nos Distritos Industriais de que provieram, englobando a execução, a manutenção, a conservação e a gestão da infraestrutura e do funcionamento destes.

Art. 3º – O Conselho Deliberativo do FUNEDIC tem por finalidade fiscalizar e supervisionar as contas do Fundo.

§ 1º – A composição do Conselho Deliberativo do FUNEDIC será definida por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º – Os membros do Conselho Deliberativo do FUNEDIC e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º – O FUNEDIC será gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único – As demonstrações financeiras e contábeis deverão ser apresentadas ao Conselho Deliberativo do FUNEDIC.

Art. 5º – O Plano de Aplicação dos recursos do FUNEDIC será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 6º – O FUNEDIC é dotado de escrituração contábil, segundo os padrões e normas estabelecidas na legislação estadual pertinente, de modo a evidenciar suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação dos resultados obtidos.

§ 1º – A aplicação dos recursos e prestação de contas do FUNEDIC serão submetidas à apreciação e ao julgamento dos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente.

§ 2º – O saldo positivo do FUNEDIC apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

§ 3º – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, apropriação e apuração dos custos dos serviços e análise dos resultados obtidos, observados os padrões e as normas estabelecidos na legislação específica.

§ 4º – Competirá à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE a contabilização, execução e prestação de contas do FUNEDIC.

Art. 7º – Deverão ser adotadas as providências para regularização dos registros contábeis e bancários em razão da alteração do nome do Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC para Fundo Estadual de Desenvolvimento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços.

Art. 8º – O Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, poderá transferir aos Municípios e às entidades associativas ou similares a gestão dos Distritos Industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e funcionamento dessas áreas, promovendo o seu desenvolvimento, sem prejuízo da celebração de outras parcerias remuneradas com o setor privado.

Art. 9º – Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a adaptar instrumentos de planejamento financeiro e, nos termos dos arts. 40 a 43, 45 e 46, todos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional ao orçamento corrente, bem como reabri-lo pelo seu saldo para o exercício seguinte.

Art. 10 – O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução desta Lei.

Art. 11 – Ficam revogados os arts. 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, todos da Lei nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora o próximo projeto é o Projeto nº 24.001/2020, de procedência do Poder Executivo. Designo como relator o deputado José Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado José Raimundo.

Som para o deputado Zé Raimundo.

Está aberto já o som de V. Ex.^a.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Pois não, Sr. Presidente, caros colegas. Eu também, Sr. Presidente, rapidamente, gostaria de cumprimentar todos os colegas deputados, alguns retornam a esta Casa e outros se apresentam pela primeira vez.

Dizer, eu diria, dessa novidade que é, no meio desta sessão legislativa, desta legislatura, nós termos essa mudança na nossa Casa.

Queria também abraçar todos os colegas, especialmente o nosso companheiro Angelo, que retorna aí com muita energia, com muito gás; Carlos Geilson; Ubaldino; e o companheiro também que estreia – não é? –, companheiro Josafá, que tem aqui um convívio na nossa região, muito amigo do nosso Léo, companheiro lá de Jânio Quadros.

Mas, Sr. Presidente, vamos, portanto, ao parecer.

(Lê) *“Parecer Das Comissões de: Constituição e Justiça; Saúde e Saneamento; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.001/2020, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo Aditivo ao Contrato firmado com a União ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.*

Através da proposição que ora passo a relatar, pretende o Poder Executivo obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para celebrar Termo Aditivo a contrato firmado com a União, para possibilitar ao Estado, conforme previsto no Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, novo escalonamento para pagamento da dívida firmada por meio do Contrato no 006/97/STN/COAFI, de 1º de dezembro de 1997, com base na Lei Federal no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Trata-se, portanto, de matéria inserida no contexto dos programas de combate à pandemia da Covid-19, permitindo ao Estado maior flexibilização no prazo para pagamento da dívida com a União decorrente do contrato aditado, mantidas as garantias e obrigações originalmente assumidas.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões.”

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço, deputado Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aqui tem o pedido do deputado Alan Sanches. Microfone para o deputado Alan Sanches. (Pausa) Deputado Alan Sanches, o microfone de V. Ex.^a está aberto.

O Sr. Alan Sanches: Está aberto?

Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: (...) conforme já me inscrevi aí, eu acho que, hoje, a gente completa 2 dias de votação. E, com a apresentação desse projeto, conforme eu conversei – debatemos junto à minha Bancada, ao meu líder Sandro, a todos os vice líderes, que são Paulo Câmara e Tiago Correia, deputado Prisco, aos demais deputados – nós achamos, por bem, que precisamos de mais, no mínimo, um tempo aí de 48 horas para avaliarmos esse projeto. Por isso, eu fiz aí o pedido de vista.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de deferir o pedido de V. Ex.^a, eu vou passar a palavra para o deputado Rosemberg, que pede pela ordem.

Pela ordem, o deputado Rosemberg. Abra o microfone do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade, eu queria agradecer a todos os deputados e deputadas por esta sessão. Agradecer a todos os deputados e deputadas, aos 63, porque o projeto foi votado por unanimidade. Entendo as disputas regimentais. Mas, de qualquer maneira, o projeto teve o apoio de todos os deputados. Havia, já de antemão, quando o deputado Alan teria sugerido a inversão de pauta, cheguei a concordar, desde que a gente inserisse esse também, mas o deputado achou melhor avaliar por mais tempo, como ele disse, o projeto. Então, eu quero agradecer a todos os deputados e deputadas.

Vou amanhã fazer uma orientação em função da conversa que nós tivemos com os líderes e vice-líderes no que diz respeito à sessão de amanhã. Como é uma sessão ordinária e, certamente, não terá votação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesse entendimento de que a gente, obviamente, amanhã, para que possa ter a próxima sessão, me parece ter a próxima sessão seria 48 horas depois, ou quinta às 18h10min, ou na sexta pela manhã. V. Ex.^a avalia o melhor horário. De encaminhar aqui, amanhã, em a sessão acontecendo na sexta-feira ou na quinta à noite, para evitar que a gente possa estar... Eu vou amanhã encaminhar no sentido de que a gente possa não ter a sessão, apesar de que, como ela é ordinária, terá que se fazer a abertura, naturalmente. Mas eu mandarei, principalmente para os deputados da Base do Governo, as informações via WhatsApp sobre o procedimento da sessão de amanhã.

Então agradecer a todos e a todas. A minha questão de ordem é muito mais para uma orientação para a Bancada. E agradecer a todos os 63 deputados pela votação unânime nesse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson leal): Deputado Alan Sanches, concedo vista a V. Ex.^a e às 18h7min declaro encerrada a presente sessão. O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, é justamente sobre isso. A sessão de amanhã haverá com o pedido de vista, que ficaria 48 horas, ou terá que entregar esse projeto na quinta-feira às 8 horas?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O projeto de V. Ex.a só pode ser votado a partir das 18h7min de quinta-feira, o que não impede que tenha uma sessão sem deliberação. Não podemos é deliberar. Não podemos votar, votação só a partir de quinta-feira às 18h7min.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.